



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO
Gabinete do Prefeito

Lei n.º 1.453, de 20 de julho de 2022.

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração e execução do orçamento para o exercício financeiro de 2023 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARECHAL DEODORO, ESTADO DE ALAGOAS, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao dispositivo no art. 165, § 2º, da Constituição Federal e na Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) as diretrizes para elaboração dos Orçamentos para o exercício de 2023, compreendendo:

- I – As Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal;
- II – As Metas e Riscos Fiscais;
- III – A Estrutura e as Diretrizes dos Orçamentos;
- IV – As Diretrizes para Execução dos Orçamentos;
- V – As Diretrizes sobre Alterações na Legislação Tributária;
- VI- As Disposições Relativas às Despesas com Pessoal;
- VII – Do Não Atingimento das Metas Fiscais;
- VIII - Do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS;
- IX – As Disposições Relativas à Dívida Pública Municipal;
- X - A Transparência da Gestão Fiscal;
- XI – As Disposições Gerais;
- XII – Anexo I de Metas Fiscais;
- XIII – Anexo II de Riscos Fiscais.

Art. 2º - Entende-se por Diretrizes Orçamentárias as instruções e orientações para elaboração e execução dos orçamentos para o exercício financeiro de 2023.

Seção II

Dos Gastos Municipais



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO
Gabinete do Prefeito

Art. 3º - Constituem gastos municipais aqueles destinados à aquisição de materiais, bens e serviços para cumprimento dos objetivos do Município, bem como os compromissos de natureza social e financeira.

Art. 4º - Os gastos municipais serão estimados por serviços mantidos pelo Município, considerando-se:

- I – Carga de trabalho estimada para o exercício financeiro;
- II – Fatores conjunturais que possam afetar os gastos;
- III – Recursos destinados ao pagamento e parcelamento da Dívida Fundada;
- IV – Recursos destinados ao pagamento de sentenças judiciais;

Seção III
Das Receitas do Município

Art. 5º - Constituem Receitas do Município aquelas provenientes:

- I – Dos tributos de sua competência;
- II – De atividades econômicas;
- III – De transferências constitucionais ou voluntárias;
- IV – Das alienações;
- V – Dos empréstimos e financiamentos autorizados por Lei, destinados à despesa de capital;
- VI – Das contribuições sociais para o Regime Próprio de Previdência Social.

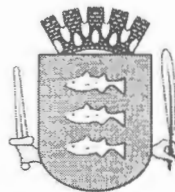
Art. 6º - Para fins de estimativa das receitas será considerado:

- I – Os fatores conjunturais que passam vir a influenciar a produtividade de cada fonte;
- II – A carga de trabalho estimada para o serviço, quando este for remunerado;
- III – Alterações na legislação tributária;
- IV – A variação do índice de preços;
- V – A arrecadação dos últimos 03 (três) exercícios encerrados (2019 a 2021) e a previsão de 2022.

Art. 7º - O Município fica obrigado a arrecadar todos os impostos de sua competência;

§1º - O Município despenderá esforços no sentido de diminuir o valor da dívida ativa;

§2º - O Município procurará modernizar a máquina fazendária no sentido de aumentar a arrecadação;



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO
Gabinete do Prefeito

§3º - A Lei que conceda ou amplie incentivos ou benefícios de natureza tributária só poderá ser aprovada ou editada se cumpridas as exigências do Art. 14 da Lei Complementar n.º 101/2000.

§4º - Qualquer alteração na Legislação Tributária para o exercício financeiro de 2023 deverá ser encaminhada ao Poder Legislativo e por ele aprovada antes da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária, a fim de que possam as mesmas ser incluídas na previsão da receita.

CAPÍTULO II
DAS METAS E DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
MUNICIPAL

Art. 8º - A Administração Pública Municipal elegeu como Prioridades e Metas para o exercício de 2023 as Ações do Plano Plurianual para o período de 2022-2025, que integrarão os anexos desta Lei.

§1º - As Prioridades e Metas de que trata este artigo terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual de 2023 e na sua execução, não se constituindo em limite à programação da despesa, respeitando o atendimento das despesas que constituem obrigações constitucionais.

§2º Poderá ser procedida a adequação das Prioridades e Metas de que trata o caput deste artigo, se durante o período de apreciação da proposta orçamentária para 2023, surgirem novas demandas e/ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, ou em decorrência de créditos adicionais ocorridos.

Art. 9º - As ações constantes no Anexo de que trata o artigo anterior possuem caráter indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o planejamento, sendo automaticamente atualizados pela Lei Orçamentária e respectivos créditos adicionais, com atualização automática nos valores previstos no Plano Plurianual.

§1º - Quando da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para 2023, ambos os Poderes deverão verificar os programas que forem contemplados no PPA (2022-2025), e as ações prioritárias nele contempladas para 2023 deverão estar em consonância com as prioridades e metas previstas na presente Lei.

§2º - Quando da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2023, o Poder Executivo e Poder Legislativo deverão obedecer aos atos normativos que estiverem vigentes.



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO
Gabinete do Prefeito

Art. 10 - A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA para o exercício de 2023, bem como a execução da respectiva Lei, deverão ser compatíveis com a obtenção das metas constantes dos anexos desta Lei.

CAPÍTULO III
DAS METAS E RISCOS FISCAIS

Art. 11 - Integram esta Lei os Anexos referenciados nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo único - A elaboração do Projeto de Lei e a execução da Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2023 deverão levar em conta as metas de resultado primário e nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Art. 12 - Estão discriminados, em Anexo integrante desta Lei, os Riscos Fiscais, nos quais são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.

CAPÍTULO IV
DA ESTRUTURA E DAS DIRETRIZES DOS ORÇAMENTOS

Seção I
Da Organização dos Orçamentos

Art. 13 - A Lei Orçamentária compor-se-á de:

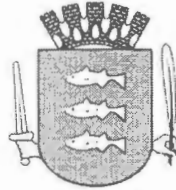
- I – Orçamento Fiscal;
- II – Orçamento da Seguridade Social;

§1º - O Orçamento Fiscal tratará da política fiscal e abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

§2º - O Orçamento da Seguridade Social abrangerá as áreas de Saúde e Assistência Social.

Art. 14 - A estrutura do Projeto de Lei do Orçamento Anual deverá identificar a receita por origem e esfera orçamentária e a despesa por função, subfunção, programa de governo, ação orçamentária, fonte de recursos e esfera orçamentária.

§1º - Os Programas, para atingir os seus objetivos, se desdobram em ações orçamentárias.



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO
Gabinete do Prefeito

§2º - As ações, agrupadas por unidade orçamentária, compreendem atividades, projetos e operações especiais.

§3º - As ações orçamentárias dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, citadas no §1º deste artigo, de acordo com a finalidade do gasto, serão classificadas como:

- I – Atividades de pessoal e encargos sociais;
- II – Atividades de manutenção administrativa;
- III – Outras atividades de caráter obrigatório;
- IV – Atividades finalísticas; e
- V – Projetos.

§4º - Os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade e operação especial são os previstos na Portaria n.º 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com suas posteriores alterações.

Art. 15 - A Lei Orçamentária discriminará em unidades orçamentárias específicas as dotações destinadas:

- I – A Fundos Especiais;
- II – Às ações de Saúde e Assistência Social;
- III – Ao Regime Próprio de Previdência Social;
- IV – À manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Art. 16 - O Município não gastará menos que 25% (vinte e cinco por cento) no Desenvolvimento do Ensino, nem menos que 15% (quinze por cento) nas ações de saúde, em relação às receitas resultantes de imposto e transferências constitucionais, conforme determina o artigo 212 da Constituição Federal e Lei Complementar 141, respectivamente, devendo a Lei Orçamentária para 2023 já fixar tais valores mínimos.

Art. 17 - A Lei do Orçamento Anual poderá conter autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito em conformidade com os limites e condições fixados pelo Senado Federal e nos termos da Lei Complementar Federal n.º 101, de 2000.

Art. 18 - Não poderão ser fixadas despesas, a qualquer título, sem prévia definição das respectivas fontes de recursos.



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO
Gabinete do Prefeito

Art. 19 - Constará da Lei Orçamentária recurso para pagamento de sentenças judiciais, consoante determina o Art. 100 da Constituição Federal.

Art. 20 - Fica autorizado o Poder Executivo a criar fontes de recurso, elementos, e ou subelementos de despesas dentro das ações pré-existentes visando a segregação das naturezas de despesas para controle de custos e para a correta classificação destas.

Parágrafo Único – Quando a criação for de subelementos, este poderá ser dotado com parte dos créditos orçamentários de sua respectiva conta sintética sem onerar o limite de créditos adicionais.

Art. 21 - O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo será constituído de:

- I – Texto da Lei;
- II – Quadros Orçamentários Consolidados;
- III – Anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a Receita e Despesa na forma definida nesta Lei;
- V – Discriminação na Legislação da Receita e da Despesa, referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
- VI – Demonstrativo da renúncia da Receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Art. 22 – Para efeito do disposto neste capítulo, O Poder Legislativo do Município e as entidades da Administração Pública Indireta encaminharão, ao Poder Executivo, até 31 de julho de 2022, sua respectiva proposta orçamentária, para, se compatível com as determinações previstas na Constituição ou em lei infraconstitucional, serem incluídas no Projeto de Lei Orçamentária, observadas também as disposições desta Lei.

Art. 23 - A execução orçamentária dos Poderes poderá ser realizada através de descentralização de créditos orçamentários entre unidades gestoras, quando for efetuada movimentação de parte do orçamento, mantidas as classificações institucional, funcional, programática e econômica, para que outras unidades administrativas possam executar a despesa orçamentária, sendo:

- I – Descentralização interna de crédito ou provisão, envolvendo a transferência de créditos entre unidades gestoras de um mesmo órgão ou entidade; e
- II – Descentralização externa de crédito ou destaque, envolvendo a transferência de créditos entre unidades gestoras de órgãos ou entidades de estruturas administrativas diferentes, de um



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO
Gabinete do Prefeito

órgão para outro e dependerá, quando necessário, de celebração de convênio ou instrumento congênere.

§ 1º As descentralizações de créditos orçamentários não se confundem com remanejamentos, transferências e transposições, pois, não:

I – Modificam o valor da programação ou de suas dotações orçamentárias;

II – Alteram a unidade orçamentária (classificação institucional) detentora do crédito orçamentário aprovado na lei orçamentária ou em créditos adicionais.

Seção II
Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Art. 24 - A Lei Orçamentária conterá reserva de contingência constituída de dotação global e corresponderá, na Lei Orçamentária, a 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista para o município e se destinará a atender a passivos contingentes e eventos fiscais imprevistos.

Art. 25 - A compensação de que trata o Art. 17, §2º da Lei Complementar n.º 101, de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Administrações Indiretas, poderá ser realizada a partir do aproveitamento de respectiva margem de expansão.

Parágrafo Único – Na hipótese de ocorrer as circunstâncias estabelecidas no caput do Art.9, ou no inciso II, § 1º, do Art. 31, todos da Lei Complementar n.º 101/2000, os Poderes Executivo e Legislativo deverão proceder a respectiva limitação de empenho, no montante e prazo previstos nos respectivos artigos.

Art. 26 – O Poder Executivo poderá, durante o exercício de 2023, ajustar as fontes de recursos sem alterar a programação constante da Lei Orçamentária Anual para manter o equilíbrio na execução desta Lei.

Seção III
Dos Recursos Correspondentes às Dotações Orçamentárias e dos Créditos
Adicionais Destinados ao Poder Legislativo

Art. 27 - O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2023, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual de 7% (sete por cento) sobre o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art.



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO
Gabinete do Prefeito

153 e nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal de 1988, efetivamente realizado no exercício anterior, acrescido dos valores devidos aos inativos e pensionistas.

§ 1º Após finalização da arrecadação do exercício de 2022, comprovada pela emissão do Balanço Geral, havendo diferença do resultado da aplicação do percentual, conforme *caput* deste artigo, em confronto com os créditos autorizados para o Legislativo na LOA 2023, a diferença positiva deverá ser anulada no Executivo e suplementada no Legislativo. Sendo negativa a diferença, deverá ser anulada no Legislativo e suplementada no Executivo.

§ 2º As dotações que porventura vierem a ser suplementadas e anuladas em obediência ao *caput* deste artigo, ficam a critério do respectivo Poder.

§ 3º Do período entre janeiro de 2023 até a publicação do Balanço geral do exercício de 2022, o duodécimo da Câmara de Vereadores corresponderá a 1/12 (um doze avos) do total de créditos autorizados para o Poder Legislativo na LOA 2023 com respeito as disposições do Inciso III, parágrafo 2º do Art. 29A da Constituição Federal de 1988.

Art. 28 - O repasse financeiro relativo aos créditos orçamentários e adicionais será feito diretamente em conta bancária indicada pelo Poder Legislativo.

Parágrafo Único – Ao final do exercício financeiro, o superávit financeiro dos recursos do Legislativo será devolvido ao Poder Executivo.

Art. 29 - A execução orçamentária do Legislativo será independente, mas integrada ao Executivo para fins de consolidação contábil.

§ 1º O Poder Legislativo, em observância ao *caput*, deve tomar as medidas necessárias para atendimento do artigo 18 do Decreto Federal nº 10.540 de 5 de novembro de 2020.

Seção IV
Da Disposição Sobre Novos Projetos

Art. 30 - Além da observância das prioridades e metas de que trata esta Lei, a Lei Orçamentária e seus créditos adicionais, somente incluirão projetos novos após:

- I – Tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;
- II – Estiverem assegurados os recursos de manutenção do patrimônio público.



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO
Gabinete do Prefeito

§ 1º - Não constitui infração a este artigo o início de novo projeto, mesmo possuindo outros projetos em andamento, caso haja suficiente previsão de recursos orçamentários, e que seja custeado por outra esfera de Governo.

§ 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a destinar recursos na Lei Orçamentária de 2023 prioritariamente para conclusão de obras de reparo, compras de equipamentos ou de construção de unidades públicas de saúde, com o objetivo de destiná-los ao atendimento de pacientes infectados pela Covid-19.

Seção V

**Da Transferência de Recursos Para as Entidades da
Administração Indireta**

Art. 31 - O Município poderá efetuar transferências financeiras intragovernamentais autorizadas em Lei específica, conforme preconiza a Constituição da República, Art. 167, a entidades da administração indireta até os limites necessários à manutenção das entidades ou investimentos previstos e que não haja suficiente disponibilidade financeira.

Seção VI

Das Transferências de Recursos Para o Setor Privado

Art. 32 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais ou auxílios, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I – Sejam atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura ou desporto, e estejam registradas nas Secretarias Municipais correspondentes;

II – Sejam vinculadas a organismos de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III – Atendam ao disposto no Art. 204 da Constituição da República, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Parágrafo Único – Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dos anos, contendo:

- a) Certidão Negativa junto ao INSS;
- b) Certidão Negativa junto à Receita Federal;
- c) Certidão Negativa junto à Fazenda Pública Estadual;



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO
Gabinete do Prefeito

- d) Certidão Negativa junto à Fazenda Pública Municipal;
- e) Certidão Negativa junto ao FGTS.

Seção VII
Das Transferências às Pessoas Físicas e Jurídicas

Art. 33 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atender necessidades de pessoas físicas, através dos programas instituídos de assistência social.

Parágrafo Único – A transferência de recursos dependerá de parecer prévio da Secretaria Municipal de Assistência Social, ou órgão equivalente do município, que analisará os casos individualmente, aprovando-os ou não.

Art. 34 - A transferência de recursos públicos para cobrir necessidades de pessoas jurídicas sem fins lucrativos deverá ser autorizada na Lei Orçamentária Anual ou por Lei específica para atender a entidade que abranja atividades nas áreas de assistência social, saúde, agricultura, desporto, turismo ou educação.

§1º - A transferência de recursos dependerá de parecer prévio da Secretaria Municipal a qual a entidade privada seja relacionada, de acordo com a atividade executada.

§2º - A transferência de recursos dependerá da apresentação de declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, contendo:

- a) Certidão Negativa junto ao INSS;
- b) Certidão Negativa junto à Receita Federal;
- c) Certidão Negativa junto à Fazenda Pública Estadual;
- d) Certidão Negativa junto à Fazenda Pública Municipal;
- e) Certidão Negativa junto ao FGTS.

CAPÍTULO V
DAS DIRETRIZES PARA EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Seção I
Dos Créditos Adicionais

Art. 35 - A Lei Orçamentária, autorizará a abertura de créditos adicionais, do tipo suplementar com percentual de 60% (sessenta por cento) da receita prevista para o exercício de 2023.

Art. 36 - Os créditos adicionais especiais e extraordinários, se abertos nos últimos quatro meses do exercício de 2022, poderão ser reabertos, pelos seus saldos, no exercício de 2023 por Decreto do Poder Executivo, mediante a indicação de recursos do exercício corrente.

Seção II
Transposição, Remanejamento e Transferência



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO
Gabinete do Prefeito

De Dotações Orçamentárias

Art. 37 - Fica o Poder Executivo, mediante Decreto, autorizado a efetuar transposição, remanejamento e transferências de dotações orçamentárias.

§1º - A transposição, remanejamento e transferência são instrumentos de flexibilização orçamentária, diferenciando-se dos créditos adicionais que tem a função de corrigir desvios de planejamento.

§2º - Para efeitos das Leis Orçamentárias, entende-se por:

I – Remanejamento – deslocamento de créditos e dotações relativos à extinção, desdobramento ou incorporação de unidades orçamentárias à nova unidade;

II – Transposição: o deslocamento de excedentes de dotações orçamentárias de categorias de programação totalmente concluídas no exercício para outras incluídas como prioridade no exercício dentro da mesma unidade orçamentária.

III – Transferência – deslocamento permitido de dotações dentro da mesma unidade orçamentária e do mesmo programa de Governo.

CAPÍTULO VI
DAS DIRETRIZES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 38 - As receitas serão estimadas e discriminadas de duas formas:

I - Considerando a legislação tributária vigente até a data do envio do Projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal; e

II - Considerando, se for o caso, os efeitos das alterações na legislação tributária, resultantes de Projetos de Lei encaminhados à Câmara Municipal até três meses antes do encerramento do exercício de 2022, especialmente sobre:

- a) reavaliação das alíquotas dos tributos;
- b) critérios de atualização monetária;
- c) aperfeiçoamento dos critérios para correção dos créditos do Município recebidos com atraso;
- d) alteração nos prazos de apuração, arrecadação e recolhimento dos tributos;
- e) extinção, redução e instituição de isenções de incentivos fiscais;
- f) revisão das contribuições sociais, destinadas à seguridade social;
- g) revisão da legislação sobre taxas; e



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO
Gabinete do Prefeito

h) concessão de anistia e remissões tributárias.

Art. 39 - Caso não sejam aprovadas as modificações referidas no inciso II do art. 38 ou essas o sejam parcialmente, de forma a impedir a integralização dos recursos estimados, o Poder Executivo providenciará os ajustes necessários, mediante decretos, na hipótese de previsão de despesa na Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único - Os decretos referidos no *caput* deste artigo deverão informar o impacto dos ajustes necessários sobre as metas e prioridades da Administração.

Art. 40 - Na aplicação de lei que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira dever-se-á observar a devida anulação de despesas em valor equivalente caso produza impacto financeiro no mesmo exercício, respeitadas as disposições do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL

Art. 41 - No Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2023, as despesas com Pessoal e Encargos não poderão ultrapassar o limite estabelecido nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar 101/2000.

Parágrafo Único – Caso o município, quando da elaboração da Lei Orçamentária para 2023, já esteja acima do limite previsto no art. 19 e 20 da Lei Complementar 101/2000, as vedações contidas no referido artigo deverão ser observadas quando da fixação destes gastos.

Art. 42 - No Exercício de 2023, caso a despesa total com pessoal exceder o limite previsto no parágrafo único do Art. 22 da Lei Complementar 101 de 2000, a realização de serviço extraordinário em qualquer dos Poderes somente poderá ocorrer no caso previsto no art. 57, § 6º, inciso II, da Constituição, ou quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais, de risco ou prejuízo para a sociedade, dentre estes:

- I – Situações de emergência e calamidade pública;
- II – Situações em que possam estar em risco a segurança de pessoas ou bens;
- III – A relação custo-benefício se revelar favorável em relação à alternativa possível.



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO
Gabinete do Prefeito

Art. 43 - A Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2023 não poderá fixar o total das Despesas com Pessoal e Encargos acima do limite previsto na letra “b”, inciso III do Art. 20 da Lei Complementar 101 de 2000, devendo este limite ser observado por cada Poder, separadamente.

Art. 44 - Ficam autorizados os Poderes Executivo e Legislativo, a realizar concurso público no exercício de 2023 para reposição do quadro de pessoal das áreas consideradas prioritárias para a Administração Pública Municipal.

Art. 45 - Quando a despesa de pessoal ultrapassar o limite prudencial estabelecido na Lei Complementar Federal n.º 101, de 2000, a realização de serviço extraordinário, no decorrer do exercício de 2022, dependerá de autorização especial prévia do Prefeito e será admitida apenas para setores considerados relevantes para o interesse público, voltados para as áreas de segurança, educação e de saúde, em situações de emergências que envolvam risco ou prejuízo para a população.

Art. 46 - Para fins de atendimento ao disposto no art. 169 §1º, inciso II, da Constituição da República, ficam autorizados, além das vantagens pessoais já previstas nos planos de cargos e regime jurídico:

- I – Concessão e aumento de remuneração, através de reajuste/alteração, inclusive como forma de revisão geral anual;
- II – Criação de cargos, empregos e funções de confiança, observadas as necessidades da Administração Pública;
- III – Reforma do plano de cargos e carreiras do magistério público municipal;
- IV – Reforma do plano de cargos e carreiras do Legislativo Municipal;
- V – Admissão de pessoal por aprovação em concurso público para cargo ou emprego público, com disponibilidade de vagas;
- VI – Designação de função de confiança ou cargo em comissão, com disponibilidade de vagas;
- VII – Concessão de abono remuneratório aos servidores em exercício de cargo em comissão ou função de confiança;
- VIII – Contratação de pessoal por tempo determinado, nos casos de excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Lei Municipal específica, e que venham a atender a situações cuja investidura por concurso não se revele a mais adequada, face às características da necessidade da contratação.

§1º - O atendimento ao disposto neste artigo deverá ser observado pelos Poderes Executivo e Legislativo;



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO
Gabinete do Prefeito

§2º - Lei específica deverá ser editada quando da implantação dos incisos II, III e IV;

§3º - No caso de implantação do inciso I deste artigo, lei específica deverá ser editada definindo o índice e o mês da revisão, observando-se sempre os limites mínimos e máximos para salários, além dos limites das despesas com pessoal previstos no inciso III, art. 20 e vedações do parágrafo único, inciso I do art. 22, todos da Lei Complementar n.º 101 de 2000;

§4º - Nos casos dos incisos deste artigo, deverá sempre ser observado o que preconizam os Arts. 16, 17, 19, 20, 21, 22 e 23 da Lei Complementar n.º 101 de 2000, quando de sua implantação.

CAPÍTULO VIII
DO NÃO – ATINGIMENTO DAS METAS FISCAIS

Art. 47 - A limitação de empenho prevista nesta Lei, deverá seguir a seguinte ordem de limitação:

I – No Poder Executivo:

- a) Diárias;
- b) Serviço extraordinário;
- c) Aquisição de material de consumo;
- d) Realização de obras com recursos próprios.

II – No Poder Legislativo:

- a) Diárias;
- b) Serviço extraordinário;
- c) Aquisição de material de consumo;
- d) Realização de obras com recursos próprios.

§1º - As limitações previstas no inciso I deste artigo não podem abranger os projetos e atividades cujo despesa constitui obrigação constitucional ou legal de execução;

§2º - Em não sendo suficiente, ou inviável sob o ponto de vista da administração, a limitação de empenho poderá ocorrer sobre outras despesas, com exceção:

I – Das despesas com pessoal e encargos sociais;

II – Das despesas necessárias para o atendimento à saúde, bem como das despesas voltadas para a manutenção do ensino;

III – Das despesas necessárias para o atendimento à Assistência Social;



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO
Gabinete do Prefeito

IV – Das despesas com o pagamento de precatórios judiciais;

V – Das despesas com o pagamento dos encargos e do principal da dívida consolidada do município;

§3º - A limitação de empenho corresponderá, em termos percentuais, ao valor ultrapassado da meta de resultado primário ou nominal, estabelecido no Anexo de Metas Fiscais.

Art. 48 - O Poder Executivo, por intermédio da Controladoria Geral do Município implementará normas de acompanhamento das ações governamentais visando o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento.

Parágrafo Único – Os métodos e processos de controle de custos serão praticados em todos os órgãos da Administração Municipal, de acordo com as disciplinas legais vigentes.

CAPÍTULO IX
DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS

Art. 49 - O Orçamento do Regime Próprio de Previdência Social do Município, será elaborado obedecendo-se os ditames das normas, regulamentos e procedimentos dispostos na legislação previdenciária vigente, nos termos preconizado pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, Secretaria do Tesouro Nacional e pelo Tribunal de Contas.

Art. 50 - O Cálculo Atuarial previsto nesta Lei deverá ser avaliado e comparado, a partir da legislação do RPPS, a fim de que se preservem o equilíbrio financeiro e atuarial do regime de previdência.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 51 - A Lei Orçamentária anual garantirá recursos para pagamento da despesa com a dívida contratual e com o refinanciamento da dívida pública Municipal, nos termos dos contratos firmados.

Art. 52 - Se a dívida consolidada líquida do Município ultrapassar o limite legal estabelecido, deverá ser a ele reconduzido nos termos da legislação vigente.



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO
Gabinete do Prefeito

Parágrafo Único. Enquanto perdurar o excesso, o Município obterá resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite, promovendo, entre outras medidas, limitação de empenho, na forma da presente lei.

CAPÍTULO XI
DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL

Art. 53 - O Poder Executivo, para fins de transparência da gestão fiscal e em observância ao princípio da publicidade, tornará disponíveis na internet, para acesso de toda sociedade, no mínimo, as seguintes informações:

- I - Os Planos, Orçamentos e Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- II - As Prestações de Contas e respectivos Pareceres Prévios;
- III - O Relatório Resumido da Execução Orçamentária;
- IV - O Relatório de Gestão Fiscal;
- V - As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.

CAPÍTULO XII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 54 - Para fins de cumprimento do Art. 62 da Lei Complementar 101 de 2000, fica o Município autorizado a firmar convênio ou acordo com a União ou Estados, com vistas:

- I - Ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;
- II - A possibilitar o assessoramento técnico aos produtores rurais do município;
- III - À utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado ou União;
- IV - A cessão de servidores para o funcionamento de órgãos ou entidades no Município;
- V - A realização de obras e serviços públicos de interesse público local.

Art. 55 - Considera-se despesa irrelevante para fins do disposto no parágrafo 3º do artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a despesa cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, o limite estabelecido no artigo 24, incisos I e II da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Art. 56 - As emendas ao projeto de Lei Orçamentária para 2023, ou aos projetos de lei que modifiquem a Lei de Orçamento Anual, devem atender às seguintes condições:



Estado de Alagoas
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO
Gabinete do Prefeito

§ 1º Serem compatíveis com os programas e objetivos do Plano Plurianual para o quadriênio de 2022/2025 e com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei.

§ 2º Indicarem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa.

I - Não serão admitidas anulações de despesa que incidam sobre dotações para:

- a) pessoal e encargos sociais;
- b) serviço da dívida;
- c) manutenção e desenvolvimento da educação;
- d) ação de serviços públicos de saúde.

Art. 57. As emendas ao projeto de lei de orçamento anual deverão considerar, ainda, a prioridade das dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais e outras despesas obrigatórias, assim entendidas aquelas com legislação ou norma específica; despesas financiadas com recursos vinculados e recursos para compor a contrapartida Municipal de empréstimos internos e externos.

Art. 58 - Sem prejuízo das competências constitucionais e legais do Poder Legislativo e dos órgãos da Administração Pública Municipal, as unidades responsáveis pelos seus orçamentos ficam sujeitas às orientações normativas que vierem a ser adotadas pelo Poder Executivo.

Art. 59 - Se o Projeto de Lei Orçamentária não for devolvido para a sanção do Poder Executivo até o final da última sessão do Legislativo do Exercício de 2022, ficarão os Poderes autorizados a utilizar 1/12 (um doze avos) do orçamento previsto para 2023, até que o Executivo receba a Lei aprovada, e proceda sua sanção e publicação.

Art. 60 - Em razão de eventuais discontinuidades de política econômica, o Poder Executivo poderá enviar mensagem reavaliando os parâmetros relativos às metas fiscais até o prazo de que tratam o § 5º do art. 166 da Constituição Federal.

Art. 61 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Marechal Deodoro/AL, 20 de julho de 2022.

Cláudio Roberto Ayres da Costa
Prefeito



MARECHAL DEODORO - AL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2023

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais			
Dívidas em Processo de Reconhecimento	6.000.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da anulação de despesas discricionárias	6.000.000,00
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos de RPPS	2.400.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da anulação de despesas discricionárias	2.400.000,00
Assistência a epidemias	1.600.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	1.600.000,00
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	10.000.000,00	SUBTOTAL	10.000.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	5.758.703,92	Adequação da despesa pela redução e limitação de gastos, respeitando a fonte de recurso de origem.	5.758.703,92
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	5.758.703,92	SUBTOTAL	5.758.703,92
TOTAL	15.758.703,92	TOTAL	15.758.703,92

FONTE: Sistema TC Contabilidade Pública. Unidade Responsável SEMFIN, 03/mai/2022, 15h e 00m

CLÁUDIO ROBERTO AYRES DA COSTA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO

L.D.O. 2023

CNPJ: 12.200.275/0001-58

Rua: AVENIDA DR. TAVARES BASTOS, S/N

Bairro: CENTRO

Código	Especificação	Recéitas Realizadas					Previsão					Estimativa da Receita					
		2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
4.0.0.0.00.00.00.00.00.00	RECEITA	247.261.872,58	258.978.706,10	363.475.418,35	256.370.937,02	380.302.507,74	316.737.829,84	326.240.474,70	336.027.880,96								
4.1.0.0.00.00.00.00.00.00	Recéitas Correntes	215.546.298,36	238.036.523,91	330.089.793,57	226.462.856,26	273.440.716,80	284.406.949,00	292.939.667,45	301.728.049,49								
4.1.1.0.00.00.00.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Veículo	28.188.682,89	30.79.253,61	45.492.416,89	31.239.157,38	47.357.600,98	48.873.049,38	50.339.240,87	51.849.418,11								
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00.00	Impostos	26.638.304,99	28.782.878,66	43.281.262,22	29.172.709,68	45.055.793,97	46.497.579,38	47.892.506,76	49.329.281,97								
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio	15.342.894,65	15.079.434,43	21.075.229,60	15.608.722,58	21.939.314,02	22.641.372,08	23.320.613,24	24.020.231,65								
4.1.1.1.2.50.00.00.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	13.267.048,32	12.512.607,42	16.506.291,87	12.951.799,94	17.183.049,84	17.732.907,44	18.264.894,66	18.812.841,50								
4.1.1.1.2.50.00.01.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Prncpal	6.667.956,77	7.393.987,25	9.060.183,16	7.653.412,69	9.431.650,67	9.733.463,49	10.025.467,39	10.326.231,41								
4.1.1.1.2.50.00.02.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	104.579,18	85.731,31	107.106,06	88.740,48	111.497,41	115.065,33	118.517,29	122.072,81								
4.1.1.1.2.50.00.03.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	6.434.688,59	4.941.928,21	7.244.319,93	5.115.389,89	7.541.337,05	7.782.659,84	8.016.130,64	8.256.623,83								
4.1.1.1.2.50.00.04.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	58.823,78	91.069,65	94.682,72	94.256,88	98.564,71	101.718,78	104.770,34	107.913,45								
4.1.1.1.2.53.00.00.00.00.00	Impostos sobre Transmissão "Inter-Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	2.075.846,33	2.566.827,01	4.568.937,73	2.656.922,64	4.756.264,18	4.908.464,64	5.055.718,58	5.207.390,15								
4.1.1.1.2.53.00.01.00.00.00	Imposto sobre Transmissão "Inter-Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Prncpal	1.776.705,18	2.510.571,12	4.389.066,78	2.598.692,17	4.569.018,52	4.715.227,11	4.856.683,92	5.002.384,44								
4.1.1.1.2.53.00.02.00.00.00	Imposto sobre Transmissão "Inter-Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Multas e Juros	456,60	755,41	3.796,08	781,92	3.951,72	4.078,18	4.200,53	4.326,55								
4.1.1.1.2.53.00.03.00.00.00	Imposto sobre Transmissão "Inter-Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Dívida Ativa	296.028,47	53.892,83	174.403,40	55.784,47	181.553,94	187.363,67	192.984,58	199.774,12								
4.1.1.1.2.53.00.04.00.00.00	Imposto sobre Transmissão "Inter-Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Multas e Juros	2.658,08	1.607,65	1.671,47	1.664,08	1.740,00	1.795,68	1.849,55	1.905,04								
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	2.612.811,55	3.831.822,31	7.245.917,17	3.966.926,07	7.542.999,77	7.784.375,76	8.017.907,03	8.258.444,24								
4.1.1.1.3.02.00.00.00.00.00	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos	586,21	0,00	158,85	606,80	165,36	170,65	175,77	181,04								
4.1.1.1.3.02.01.00.00.00.00	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos	586,21	0,00	158,85	606,80	165,36	170,65	175,77	181,04								
4.1.1.1.3.02.01.01.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	2.612.225,34	3.831.822,31	7.245.758,32	3.966.319,27	7.542.834,41	7.784.205,11	8.017.731,26	8.258.263,20								
4.1.1.1.3.03.00.00.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Prncpal	2.612.225,34	3.831.822,31	7.245.758,32	3.966.319,27	7.542.834,41	7.784.205,11	8.017.731,26	8.258.263,20								
4.1.1.1.3.03.01.00.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	2.612.225,34	3.831.822,31	7.245.758,32	3.966.319,27	7.542.834,41	7.784.205,11	8.017.731,26	8.258.263,20								
4.1.1.1.3.03.01.01.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Prncpal	8.676.005,39	9.096.489,29	13.989.369,28	9.415.781,24	14.562.933,42	15.028.947,28	15.479.815,70	15.944.210,17								
4.1.1.1.4.00.00.00.00.00.00	Impostos sobre Produção	8.676.005,39	9.096.489,29	13.989.369,28	9.415.781,24	14.562.933,42	15.028.947,28	15.479.815,70	15.944.210,17								
4.1.1.1.4.51.00.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	4.495,82	3.948,07	5.633,16	4.086,65	5.864,12	6.051,77	6.233,32	6.420,32								
4.1.1.1.4.51.01.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Prncpal	379.014,74	471.749,09	314.756,96	488.307,48	327.662,00	338.147,18	348.291,60	358.740,35								
4.1.1.1.4.51.01.03.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa	27.733,07	6.240,37	6.649,04	6.459,41	6.921,65	7.143,14	7.357,43	7.578,15								
4.1.1.1.8.00.00.00.00.00.00	Impostos Específicos de Estados/DF/ Municípios	0,00	0,00	925.485,95	0,00	963.430,87	994.260,66	1.024.088,48	1.054.811,13								
4.1.1.1.8.02.00.00.00.00.00	Imposto sobre a Produção, circulação de Mercadorias e Serviços	0,00	0,00	925.485,95	0,00	963.430,87	994.260,66	1.024.088,48	1.054.811,13								
4.1.1.1.8.02.03.00.00.00.00	Imposto sobre a Produção, circulação de Mercadorias e Serviços	0,00	0,00	925.485,95	0,00	963.430,87	994.260,66	1.024.088,48	1.054.811,13								
4.1.1.1.8.02.03.05.00.00.00	ISS-SIMPLES NACIONAL	6.583,40	175.132,63	45.260,22	181.279,79	47.115,89	48.623,60	50.082,31	51.584,78								
4.1.1.1.9.00.00.00.00.00.00	Outros Impostos	0,00	0,00	45.260,22	0,00	47.115,89	48.623,60	50.082,31	51.584,78								
4.1.1.1.9.01.00.00.00.00.00	Outros Impostos	0,00	0,00	45.260,22	0,00	47.115,89	48.623,60	50.082,31	51.584,78								
4.1.1.1.9.01.01.00.00.00.00	Outros Impostos - Prncpal	0,00	0,00	45.260,22	0,00	47.115,89	48.623,60	50.082,31	51.584,78								
4.1.1.1.9.01.01.01.00.00.00	Outros Impostos - Prncpal	6.593,40	175.132,63	0,00	181.279,79	0,00	0,00	0,00	0,00								
4.1.1.1.9.99.00.00.00.00.00	Outros Impostos	6.593,40	175.132,63	0,00	181.279,79	0,00	0,00	0,00	0,00								
4.1.1.1.9.99.00.03.00.00.00	Outros Impostos - Dívida Ativa	1.550.377,90	1.996.374,95	2.211.154,67	2.066.447,70	2.301.812,01	2.375.470,00	2.446.734,11	2.520.136,14								
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00.00	Taxas																

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO

CNPJ: 12.200.275/0001-58

Rua: AVENIDA DR. TAVARES BASTOS, S/N

Bairro: CENTRO

L.D.O.2023

Código	Especificação	Receitas Realizadas			Previsão			Estimativa da Receita		
		2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	1.210.355,79	1.772.745,82	1.874.174,70	1.834.969,20	1.951.015,86	2.013.448,38	2.073.851,83	2.136.067,40	
4.1.1.2.1.50.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	46.556,38	25.962,01	29.938,07	26.873,28	31.165,53	32.162,83	33.127,71	34.121,54	
4.1.1.2.1.50.00.01.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Outras	46.556,38	25.962,01	29.938,07	26.873,28	31.165,53	32.162,83	33.127,71	34.121,54	
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Outras	1.163.799,41	1.746.783,81	1.844.236,63	1.808.095,92	1.919.850,33	1.981.285,55	2.040.724,12	2.101.945,86	
4.1.1.2.1.99.01.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Outras	1.163.799,41	1.746.783,81	1.844.236,63	1.808.095,92	1.919.850,33	1.981.285,55	2.040.724,12	2.101.945,86	
4.1.1.2.1.99.01.01.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Outras	1.163.799,41	1.746.783,81	1.703.966,56	1.682.687,53	1.773.829,19	1.830.591,73	1.885.509,49	1.942.074,78	
4.1.1.2.1.99.01.01.01.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	33.092,69	285.882,38	127.077,49	295.916,85	132.287,87	136.520,88	140.616,51	144.835,01	
4.1.1.2.1.99.01.01.02.00	Taxa de Aprovação de Projetos de Construção Civil	0,00	250.984,06	50.355,15	270.144,60	52.419,71	54.097,14	55.720,05	57.391,65	
4.1.1.2.1.99.01.01.03.00	Taxa de Licença p/funcionamento de Estabelecimentos Comerciais - Principal	651.281,41	474.350,13	378.474,65	365.601,78	393.992,11	406.599,85	418.797,86	431.361,80	
4.1.1.2.1.99.01.01.05.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	265.641,68	187.156,01	428.729,62	193.725,19	446.307,53	466.589,37	474.407,05	488.639,26	
4.1.1.2.1.99.01.01.06.00	Taxa de Limpeza Pública	137.249,14	185.956,41	212.337,32	192.483,48	221.043,15	228.116,53	234.960,03	242.008,83	
4.1.1.2.1.99.01.01.07.00	Taxas de Cemitérios	13.627,72	12.770,79	591,41	13.219,04	615,66	635,36	654,42	674,05	
4.1.1.2.1.99.01.01.99.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Outras	62.906,77	339.674,03	506.400,92	351.596,59	527.163,36	544.032,59	560.359,57	577.164,18	
4.1.1.2.1.99.01.02.00.00	Taxa de Licença p/funcionamento de Estabelecimentos Comerciais - Multas e juros	0,00	0,00	20.750,42	16.753,86	21.901,19	22.292,43	22.961,20	23.650,04	
4.1.1.2.1.99.01.03.00.00	Taxa de Licença p/funcionamento de Estabelecimentos Comerciais - Dívida Ativa	0,00	0,00	105.688,40	95.970,34	110.021,62	113.542,31	116.948,58	120.457,04	
4.1.1.2.1.99.01.04.00.00	Taxa de Licença p/funcionamento de Estabelecimentos Comerciais - Dívida Ativa - multas e juros	0,00	0,00	13.831,25	12.684,19	14.398,33	14.859,08	15.304,85	15.764,00	
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	340.022,11	223.629,13	336.979,97	231.478,50	350.796,15	362.021,62	372.882,28	384.068,74	
4.1.1.2.2.53.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	340.022,11	223.629,13	336.979,97	231.478,50	350.796,15	362.021,62	372.882,28	384.068,74	
4.1.1.2.2.53.00.01.00.00	Taxa pela Prestação de Serviços - Principal	340.022,11	195.993,37	312.443,95	202.937,23	325.254,15	335.662,28	345.732,15	356.104,11	
4.1.1.2.2.53.00.02.00.00	Taxa pela prestação de serviços - Multas e juros	0,00	643,06	1.224,92	601,13	1.275,14	1.315,94	1.355,42	1.396,08	
4.1.1.2.2.53.00.03.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa	0,00	26.968,06	21.623,33	27.914,64	22.509,89	23.230,21	23.927,12	24.644,93	
4.1.1.2.2.53.00.04.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa - multas e juros de mora	0,00	24,64	1.687,77	25,50	1.756,97	1.813,19	1.867,59	1.923,62	
4.1.2.0.00.00.00.00.00	Contribuições	9.643.355,79	12.672.818,94	17.895.074,84	19.788.126,88	18.622.730,46	19.218.657,84	19.795.217,56	20.385.074,09	
4.1.2.0.00.00.00.00.00	Contribuições Sociais	5.724.565,63	6.839.599,60	7.700.609,90	13.750.161,54	8.010.292,46	8.266.621,82	8.514.620,46	8.770.059,08	
4.1.2.1.5.00.00.00.00.00	Contribuições para Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social	5.724.565,63	6.839.599,60	7.700.609,90	13.750.161,54	8.010.292,46	8.266.621,82	8.514.620,46	8.770.059,08	
4.1.2.1.5.01.00.00.00.00	Contribuição do Servidor Civil	5.724.565,63	6.839.599,60	7.700.609,90	13.750.161,54	8.010.292,46	8.266.621,82	8.514.620,46	8.770.059,08	
4.1.2.1.5.01.01.00.00.00	Contribuição do Servidor Civil Ativo	5.724.565,63	6.839.599,60	7.700.609,90	13.750.161,54	8.010.292,46	8.266.621,82	8.514.620,46	8.770.059,08	
4.1.2.1.5.01.01.01.00.00	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal	5.724.565,63	6.839.599,60	7.700.609,90	13.750.161,54	8.010.292,46	8.266.621,82	8.514.620,46	8.770.059,08	
4.1.2.1.5.01.01.01.01.00	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Adm. Direta	1.366.437,86	1.678.464,03	1.378.352,85	8.414.982,02	1.434.865,32	1.480.781,01	1.525.204,44	1.570.960,57	
4.1.2.1.5.01.01.01.02.00	CPSSS do Servidor Civil Ativo - FME	2.588.837,25	3.043.727,53	3.418.223,94	3.150.562,37	3.558.371,12	3.672.239,00	3.782.406,17	3.895.878,36	
4.1.2.1.5.01.01.01.03.00	CPSSS do Servidor Civil Ativo - FMS	1.718.221,22	1.928.144,72	2.222.582,52	1.995.822,60	2.313.708,40	2.387.747,07	2.459.379,48	2.533.160,86	
4.1.2.1.5.01.01.01.04.00	CPSSS do Servidor Civil Ativo - FMAE	46.923,01	55.903,71	71.973,11	57.865,93	74.924,01	77.321,58	79.641,23	82.030,47	
4.1.2.1.5.01.01.01.05.00	CPSSS do Servidor Civil Ativo - SAAE	4.146,29	6.870,75	5.804,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.2.1.5.01.01.01.07.00	CPSSS do Servidor Civil Ativo - SMTT	0,00	0,00	61.312,88	0,00	63.826,71	65.869,16	67.845,23	69.880,59	
4.1.2.1.5.01.01.01.08.00	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Procuradora	0,00	0,00	89.000,00	0,00	92.649,00	95.613,77	98.482,18	101.436,65	
4.1.2.1.5.01.02.00.00.00	Contribuição do Servidor Civil Inativo	0,00	126.488,86	24.919,01	130.928,62	25.940,69	26.770,79	27.573,91	28.401,13	
4.1.2.1.5.01.02.01.00.00	Contribuição do Servidor Civil Inativo	0,00	126.488,86	24.919,01	130.928,62	25.940,69	26.770,79	27.573,91	28.401,13	
4.1.2.1.8.00.00.00.00.00	Contribuições Sociais específicas de Estados, DF, Municípios	0,00	0,00	428.441,12	0,00	446.007,21	460.279,44	474.087,82	488.310,45	
4.1.2.1.8.01.00.00.00.00	Contribuição do Servidor Civil para o Plano de Seguridade Social - CPSSS - Específico de EST/DF/MUN	0,00	0,00	80.419,96	0,00	83.717,18	86.396,13	88.988,01	91.657,65	
4.1.2.1.8.01.05.00.00.00	CPSSS Onunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Inativo	0,00	0,00	80.419,96	0,00	83.717,18	86.396,13	88.988,01	91.657,65	

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO

GNPJ: 12.200.275/0001-58

Rua: AVENIDA DR. TAVARES BASTOS, S/N

Bairro: CENTRO

L.D.O.2023

Código	Especificação	Receitas Realizadas			Previsão			Estimativa da Receita		
		2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	
4.1.2.1.01.05.01.00.0000	CPSSS Orçunda de Sentenças Judiciais - Servidor Civil Inativo - Adm	0,00	0,00	80.419,95	0,00	83.717,18	86.386,13	88.988,01	91.657,65	
4.1.2.1.02.00.00.00.0000	CPSSS - Parcelamentos - Especifico de EST/DF/MUN	0,00	0,00	348.021,16	0,00	362.290,03	373.883,31	385.099,81	396.652,80	
4.1.2.1.02.01.03.00.0000	CPSSS - Parcelamentos - ac Servidor Civil Ativo	0,00	0,00	348.021,16	0,00	362.290,03	373.883,31	385.099,81	396.652,80	
4.1.2.4.00.00.00.00.0000	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	3.918.790,16	5.833.219,34	10.194.464,94	6.037.965,34	10.612.438,00	10.952.036,02	11.280.597,10	11.619.015,01	
4.1.2.4.1.00.00.00.00.0000	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	3.918.790,16	5.833.219,34	10.194.464,94	6.037.965,34	10.612.438,00	10.952.036,02	11.280.597,10	11.619.015,01	
4.1.2.4.1.50.00.00.00.0000	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	3.918.790,16	5.833.219,34	10.194.464,94	6.037.965,34	10.612.438,00	10.952.036,02	11.280.597,10	11.619.015,01	
4.1.2.4.1.50.00.01.00.0000	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Prncpal	3.918.790,16	5.833.219,34	10.194.464,94	6.037.965,34	10.612.438,00	10.952.036,02	11.280.597,10	11.619.015,01	
4.1.3.0.00.00.00.00.0000	Receita Patrimonial	5.702.583,82	1.845.849,14	4.863.949,85	1.867.779,14	4.000.457,52	4.128.472,18	4.252.326,32	4.379.896,09	
4.1.3.2.00.00.00.00.0000	Valores Mobiliários	5.702.583,82	1.845.849,14	4.863.949,85	1.867.779,14	4.000.457,52	4.128.472,18	4.252.326,32	4.379.896,09	
4.1.3.2.1.00.00.00.00.0000	Juros e Correções Monetárias	5.702.583,82	1.845.849,14	4.863.949,85	1.867.779,14	4.000.457,52	4.128.472,18	4.252.326,32	4.379.896,09	
4.1.3.2.1.01.00.00.00.0000	Remuneração de Depósitos Bancários	2.628.065,02	789.133,79	3.999.395,42	816.102,95	3.100.456,36	3.199.670,98	3.295.661,09	3.394.530,91	
4.1.3.2.1.01.01.00.00.0000	Remuneração de Depósitos Bancários	80.474,23	20.697,31	328.089,11	21.423,78	341.540,76	352.470,05	363.044,10	373.935,48	
4.1.3.2.1.01.01.01.00.0000	Remuneração de Depósitos Bancários	80.474,23	20.697,31	328.089,11	21.423,78	341.540,76	352.470,05	363.044,10	373.935,48	
4.1.3.2.1.01.01.01.01.0000	Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Royalties	0,00	70,40	0,00	72,87	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.3.2.1.01.01.01.02.0000	Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - FUNDES	80.474,23	20.626,91	328.089,11	21.350,91	341.540,76	352.470,05	363.044,16	373.935,48	
4.1.3.2.1.01.01.02.00.0000	Remuneração de Depósitos de Recursos de ASPS	44.263,57	13.897,12	161.212,78	14.384,91	167.822,51	173.192,84	178.388,62	183.740,25	
4.1.3.2.1.01.02.01.00.0000	Remuneração de Depósitos de Recursos do SUS - Bloco de Manutenção - Principal	44.263,57	13.897,12	161.212,78	14.384,91	167.822,51	173.192,84	178.388,62	183.740,25	
4.1.3.2.1.01.02.01.01.0000	Remuneração de Depósitos - Atenção Básica	25.591,89	8.656,88	91.565,37	8.960,74	95.319,55	98.369,78	101.320,87	104.360,50	
4.1.3.2.1.01.02.01.02.0000	Remuneração de Depósitos - Média e Alta Complexidade	780,41	228,44	1.787,80	236,46	1.861,10	1.920,66	1.978,28	2.037,63	
4.1.3.2.1.01.02.01.03.0000	Remuneração de Depósitos - Vigilância em Saúde	2.678,36	653,95	5.273,71	676,90	5.489,93	5.665,61	5.835,58	6.010,65	
4.1.3.2.1.01.02.01.04.0000	Remuneração de Depósitos - Assistência Farmacêutica	62,82	0,02	0,27	0,02	0,28	0,29	0,30	0,31	
4.1.3.2.1.01.02.01.05.0000	Remuneração de Depósitos - Gestão do SUS	1.325,82	340,29	1.961,07	352,23	2.041,47	2.106,80	2.170,00	2.235,10	
4.1.3.2.1.01.02.01.06.0000	Remuneração de Depósitos - Estruturação	6.619,17	2.933,92	49.714,28	3.036,90	51.752,57	53.408,65	55.010,91	56.661,24	
4.1.3.2.1.01.02.01.07.0000	Remuneração de Depósitos-Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS	4.766,26	761,41	3.141,59	788,14	3.270,40	3.375,05	3.476,30	3.580,59	
4.1.3.2.1.01.02.01.08.0000	Remuneração de Depósitos-Convênios da Saúde	2.436,84	322,21	7.788,69	333,52	8.087,21	8.346,00	8.596,38	8.854,27	
4.1.3.2.1.01.03.00.00.0000	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados à Educação	81.297,65	688.809,68	1.201.296,54	711.986,89	1.250.549,69	1.290.567,30	1.329.284,30	1.369.162,83	
4.1.3.2.1.01.03.01.00.0000	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados à Educação - Principal	81.297,65	688.809,68	1.201.296,54	711.986,89	1.250.549,69	1.290.567,30	1.329.284,30	1.369.162,83	
4.1.3.2.1.01.03.01.01.0000	Remuneração de Depósitos-Salário Educação-QSE	8.082,39	1.236,77	15.762,87	1.280,18	16.409,15	16.934,24	17.442,27	17.965,54	
4.1.3.2.1.01.03.01.02.0000	Remuneração de Depósitos-PNAE-Merenda	7.862,48	1.203,76	21.592,71	1.246,01	22.478,01	23.197,31	23.893,23	24.610,03	
4.1.3.2.1.01.03.01.03.0000	Remuneração de Depósitos-PNAE	709,42	469,03	15.085,12	465,49	15.703,61	16.206,13	16.692,31	17.193,08	
4.1.3.2.1.01.03.01.04.0000	Remuneração de Depósitos - PDDE	450,47	112,28	694,41	116,22	722,88	746,01	768,39	791,44	
4.1.3.2.1.01.03.01.05.0000	Remuneração de Depósitos-PEJA	19.058,69	4.679,63	23.972,00	4.843,89	24.954,85	25.753,41	26.526,01	27.321,79	
4.1.3.2.1.01.03.01.06.0000	Remuneração de Depósitos-Manutenção e Desenv. do Ensino - MDE	9.395,09	1.059,66	62.293,78	1.096,85	64.847,92	66.922,95	68.930,64	70.998,56	
4.1.3.2.1.01.03.01.07.0000	Remuneração de Outros Recursos do FNDE	35.739,11	5.877,08	15.664,69	6.083,36	16.306,94	16.828,77	17.333,62	17.853,63	
4.1.3.2.1.01.03.01.07.0001	Remuneração de Depósitos-Brasil Alfabetizado	3.654,43	897,30	4.596,54	928,80	4.785,00	4.938,12	5.086,26	5.238,85	
4.1.3.2.1.01.03.01.07.0003	Remuneração de Depósitos-PAC I Construção de Creches	7.667,93	1.871,73	861,34	1.937,43	896,65	925,34	953,10	981,69	
4.1.3.2.1.01.03.01.07.0004	Remuneração de Depósitos-Manutenção da Educação Infantil	4.429,49	1.081,90	227,80	1.119,87	237,14	244,73	252,07	259,63	
4.1.3.2.1.01.03.01.07.0005	Remuneração de Depósitos-Brasil Caminho	1.108,22	205,27	1.051,53	212,47	1.094,64	1.129,67	1.163,56	1.198,47	
4.1.3.2.1.01.03.01.07.0006	Remuneração de Depósitos-PAR Pro-Infância equip/imobil	2.288,32	561,87	2.878,25	581,59	2.996,26	3.092,14	3.184,90	3.280,45	
4.1.3.2.1.01.03.01.07.0007	Remuneração de Depósitos-PAR Imobiliária	228,24	26,70	136,77	27,64	142,38	146,94	151,35	155,89	

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO

CNPJ: 12.200.275/0001-58

Rua: AVENIDA DR. TAVARES BASTOS, S/N

Bairro: CENTRO

L.D.O.2023

Código	Especificação	Receitas Realizadas					Previsão			Estimativa da Receita		
		2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026			
4.1.3.2.1.01.03.01.07.0008	Remuneração de Depósitos - PAR	15.810,47	830,77	3.358,24	859,93	3.495,93	3.607,80	3.776,03	3.827,51			
4.1.3.2.1.01.03.01.07.0009	Remuneração de Depósitos-PAC Construção de Quadras Poliesportivas	552,01	401,54	2.554,22	415,63	2.658,94	2.744,03	2.826,35	2.911,14			
4.1.3.2.1.01.03.01.10.0000	Remuneração de Depósitos de Recursos do GEIJE	0,00	74,39	193.143,87	77,00	201.062,77	207.496,78	213.721,68	220.333,33			
4.1.3.2.1.01.03.01.11.0000	Rendimento de Aplicação Financeira - Precatórios do FUNDEF	0,00	674.097,08	853.087,09	696.757,89	888.063,66	916.481,70	943.976,15	972.295,43			
4.1.3.2.1.01.04.00.00.0000	Remuneração de Depósitos de Recursos do FNAS	95.938,03	11.214,42	115.617,13	11.608,05	120.357,43	124.208,87	127.935,14	131.773,19			
4.1.3.2.1.01.04.01.00.0000	Remuneração de Depósitos de Recursos do FNAS - Principal	95.938,03	11.214,42	115.617,13	11.608,05	120.357,43	124.208,87	127.935,14	131.773,19			
4.1.3.2.1.01.05.00.00.0000	Remuneração de Depósitos de Recursos da SMTT	2.505,30	2.551,20	33.734,07	2.640,75	35.117,17	36.240,92	37.328,15	38.447,99			
4.1.3.2.1.01.05.01.00.0000	Remuneração de Depósitos de Recursos da SMTT - Principal	2.505,30	2.551,20	33.734,07	2.640,75	35.117,17	36.240,92	37.328,15	38.447,99			
4.1.3.2.1.01.06.00.00.0000	Remuneração de Depósitos de Recursos da Fundação Cultural	261,73	8,17	1,29	8,46	1,34	1,38	1,42	1,46			
4.1.3.2.1.01.06.01.00.0000	Remuneração de Depósitos de Recursos da Fundação Cultural - Principal	261,73	8,17	1,29	8,46	1,34	1,38	1,42	1,46			
4.1.3.2.1.01.09.00.00.0000	Remuneração de Depósitos de Recursos - Procuradoria	0,00	0,00	552,01	1.000,00	574,64	593,03	610,82	629,14			
4.1.3.2.1.01.09.01.00.0000	Remuneração de Depósitos de Recursos - Procuradoria - Principal	0,00	0,00	552,01	1.000,00	574,64	593,03	610,82	629,14			
4.1.3.2.1.01.10.00.00.0000	Remuneração de Depósitos-Convênios	0,00	0,00	0,00	7.892,64	0,00	0,00	0,00	0,00			
4.1.3.2.1.01.10.01.00.0000	Remuneração de Depósitos-Convênios Vinculados	0,00	0,00	0,00	7.892,64	0,00	0,00	0,00	0,00			
4.1.3.2.1.01.11.00.00.0000	Remuneração de Outros Depósitos Vinculados	2.085.818,06	8.561,43	1.133.538,42	239,86	117.099,24	120.846,41	124.471,80	128.205,95			
4.1.3.2.1.01.11.01.00.0000	Remuneração de Depósitos Vinculados - Principal	2.085.818,06	8.561,43	1.133.538,42	239,86	117.099,24	120.846,41	124.471,80	128.205,95			
4.1.3.2.1.01.12.00.00.0000	Remuneração de Depósitos Bancários - Câmara de Vereadores	2.755,85	645,31	8.381,80	667,96	8.725,45	9.094,66	9.274,80	9.553,04			
4.1.3.2.1.01.12.01.00.0000	Remuneração de Depósitos Bancários - Câmara de Vereadores - Principal	2.755,85	645,31	8.381,80	667,96	8.725,45	9.094,66	9.274,80	9.553,04			
4.1.3.2.1.01.13.00.00.0000	Remuneração de Depósitos Bancários não Vinculados	234.750,60	42.749,15	1.016.972,27	44.249,65	1.058.668,13	1.092.545,51	1.125.321,88	1.159.081,54			
4.1.3.2.1.01.13.01.00.0000	Remuneração de Depósitos Bancários não Vinculados - Principal	234.750,60	42.749,15	1.016.972,27	44.249,65	1.058.668,13	1.092.545,51	1.125.321,88	1.159.081,54			
4.1.3.2.1.04.00.00.00.0000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	3.074.518,80	1.056.715,35	864.554,43	1.051.676,19	900.001,16	928.801,20	956.665,23	985.365,18			
4.1.3.2.1.04.01.00.00.0000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	3.074.518,80	1.056.715,35	864.554,43	1.051.676,19	900.001,16	928.801,20	956.665,23	985.365,18			
4.1.3.2.1.04.01.01.00.0000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	3.079.899,47	1.068.963,59	842.243,04	1.727.544,21	876.775,00	904.831,80	931.976,75	959.936,05			
4.1.3.2.1.04.01.01.02.0000	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Administrativo	18.351,93	16.315,25	22.311,39	16.887,92	23.226,16	23.969,40	24.688,48	25.429,13			
4.1.3.2.1.04.01.01.99.0000	(-) Dedução de remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	-23.732,60	-628.563,49	0,00	-692.755,94	0,00	0,00	0,00	0,00			
4.1.6.0.00.00.00.00.0000	Receita de Serviços	14.202.129,06	13.883.442,08	10.592.970,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
4.1.6.1.00.00.00.00.0000	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	14.202.129,06	13.883.442,08	10.592.970,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
4.1.6.1.01.00.00.00.0000	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	14.202.129,06	13.883.442,08	10.592.970,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
4.1.6.1.01.01.00.00.0000	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	14.202.129,06	13.883.442,08	10.592.970,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
4.1.6.1.01.01.01.00.0000	Serviços de Fomento e de Água - Principal	14.202.129,06	13.883.442,08	10.592.970,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
4.1.7.0.00.00.00.00.0000	Transferências Correntes	155.081.053,99	178.568.635,25	187.953.600,03	172.725.267,39	202.916.701,27	211.626.260,94	217.975.048,78	224.514.300,26			
4.1.7.1.00.00.00.00.0000	Transferências da União e de suas Entidades	69.971.025,84	93.081.196,55	83.327.028,38	82.116.447,17	94.000.440,18	99.224.679,47	102.201.419,85	105.267.462,44			
4.1.7.1.01.00.00.00.0000	Transferências Decorrentes de Participação na Receita da União	30.333.371,96	29.072.875,15	38.893.628,55	38.608.993,08	40.488.267,31	41.783.891,86	43.037.408,62	44.328.530,88			
4.1.7.1.1.00.00.00.0000	Transferências da União e de suas Entidades	30.310.576,37	29.051.701,88	38.869.554,49	38.587.076,63	40.463.206,22	41.758.028,82	43.010.769,68	44.301.092,77			
4.1.7.1.1.51.00.00.0000	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	27.348.937,32	26.111.052,95	35.233.883,43	35.543.210,92	36.678.472,65	37.852.183,78	38.987.749,29	40.157.381,77			
4.1.7.1.1.51.01.00.0000	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	27.348.937,32	26.111.052,95	35.233.883,43	35.543.210,92	36.678.472,65	37.852.183,78	38.987.749,29	40.157.381,77			
4.1.7.1.1.51.01.01.00.0000	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	34.186.126,25	32.638.815,84	44.042.356,19	42.300.098,29	45.848.092,79	47.315.231,76	48.734.688,71	50.196.729,37			
4.1.7.1.1.51.01.01.99.0000	(-) Dedução FUNDEB Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	-6.837.188,94	-6.527.762,89	-8.808.472,76	-6.756.887,37	-9.169.620,14	-9.463.047,98	-9.746.939,42	-10.039.347,60			

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO

CNPJ: 12.200.275/0001-58

Rua: AVENIDA DR. TAVARES BASTOS, S/N

Bairro: CENTRO

L.D.O.2023

Código	Especificação	Receitas Realizadas				Previsão				Estimativa da Receita			
		2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026				
4.1.7.1.1.51.02.00.00.0000	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro	1.508.689,03	1.468.758,75	1.930.430,24	1.520.312,18	2.009.577,88	2.073.884,37	2.136.100,90	2.200.183,93				
4.1.7.1.1.51.02.01.00.0000	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal	1.508.689,03	1.468.758,75	1.930.430,24	1.520.312,18	2.009.577,88	2.073.884,37	2.136.100,90	2.200.183,93				
4.1.7.1.1.51.03.00.00.0000	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de junho	452.950,02	1.471.890,18	1.705.240,82	1.523.563,53	1.775.155,69	1.831.960,67	1.886.919,49	1.943.527,07				
4.1.7.1.1.51.03.01.00.0000	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de junho - Principal	452.950,02	1.471.890,18	1.705.240,82	1.523.563,53	1.775.155,69	1.831.960,67	1.886.919,49	1.943.527,07				
4.1.7.1.1.52.00.00.00.0000	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	22.795,59	21.173,27	24.074,06	21.916,45	25.061,09	25.863,04	26.638,94	27.438,11				
4.1.7.1.1.52.01.00.00.0000	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	22.795,59	21.173,27	24.074,06	21.916,45	25.061,09	25.863,04	26.638,94	27.438,11				
4.1.7.1.1.52.01.01.00.0000	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	22.795,59	21.173,27	24.074,06	21.916,45	25.061,09	25.863,04	26.638,94	27.438,11				
4.1.7.1.1.52.01.01.01.0000	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	28.494,34	26.466,45	30.082,07	27.395,42	31.315,43	32.317,52	33.287,05	34.285,66				
4.1.7.1.1.52.01.01.99.0000	(-) Dedução FUNDEB Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	-5.698,75	-5.293,18	-6.008,01	-5.478,97	-6.254,34	-6.454,48	-6.648,11	-6.847,55				
4.1.7.1.2.00.00.00.00.0000	Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	7.851.987,25	13.480.819,12	10.370.770,93	7.003.179,24	10.795.972,54	11.141.443,66	11.475.686,97	11.819.957,58				
4.1.7.1.2.51.00.00.00.0000	Cota-Parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM	2.980,57	3.303,23	42.944,10	3.419,17	44.704,81	46.135,36	47.519,42	48.945,00				
4.1.7.1.2.51.01.00.00.0000	Cota-Parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM	2.980,57	3.303,23	42.944,10	3.419,17	44.704,81	46.135,36	47.519,42	48.945,00				
4.1.7.1.2.51.01.01.00.0000	Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM - Principal	2.980,57	3.303,23	42.944,10	3.419,17	44.704,81	46.135,36	47.519,42	48.945,00				
4.1.7.1.2.52.00.00.00.0000	Cota-Parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo	7.849.006,68	13.477.515,89	10.327.826,83	6.999.760,07	10.751.267,73	11.095.308,30	11.428.167,55	11.771.012,58				
4.1.7.1.2.52.01.00.00.0000	Cota-Parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/89	7.100.054,19	12.716.291,29	8.457.551,50	6.211.857,90	8.804.311,11	9.086.049,07	9.358.630,54	9.639.389,46				
4.1.7.1.2.52.01.01.00.0000	Cota-Parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/89 - Principal	7.100.054,19	12.716.291,29	8.457.551,50	6.211.857,90	8.804.311,11	9.086.049,07	9.358.630,54	9.639.389,46				
4.1.7.1.2.52.02.00.00.0000	Cota-Parte pelo Excedente da Produção do Petróleo - Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II	223.928,31	236.884,87	1.016.913,21	245.158,12	1.058.606,65	1.092.482,06	1.125.256,52	1.159.014,22				
4.1.7.1.2.52.02.01.00.0000	Cota-Parte pelo Excedente da Produção do Petróleo - Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II - Principal	223.928,31	236.884,87	1.016.913,21	245.158,12	1.058.606,65	1.092.482,06	1.125.256,52	1.159.014,22				
4.1.7.1.2.52.04.00.00.0000	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	525.024,18	524.339,73	853.362,12	542.744,05	888.349,97	916.777,17	944.280,49	972.608,90				
4.1.7.1.2.52.04.01.00.0000	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal	525.024,18	524.339,73	853.362,12	542.744,05	888.349,97	916.777,17	944.280,49	972.608,90				
4.1.7.1.3.00.00.00.00.0000	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	18.141.973,10	28.340.726,70	19.753.568,78	17.494.800,54	20.563.465,10	21.221.495,99	21.858.140,87	22.513.885,09				
4.1.7.1.3.50.00.00.00.0000	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo - Bloco de Manutenção da	18.013.973,10	28.215.004,70	18.742.726,78	17.450.534,49	19.511.179,57	20.135.536,29	20.739.602,38	21.361.790,45				
4.1.7.1.3.50.01.00.00.0000	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária	10.904.963,07	9.145.336,81	12.572.394,01	9.466.338,13	13.087.862,16	13.506.673,75	13.911.873,96	14.329.230,18				
4.1.7.1.3.50.01.01.00.0000	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária -	10.904.963,07	9.145.336,81	12.572.394,01	9.466.338,13	13.087.862,16	13.506.673,75	13.911.873,96	14.329.230,18				
4.1.7.1.3.50.02.00.00.0000	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializ	5.138.421,01	4.625.913,17	4.145.941,80	5.230.021,70	4.315.925,41	4.454.035,02	4.587.656,07	4.725.285,75				
4.1.7.1.3.50.02.01.00.0000	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especiali	5.138.421,01	4.625.913,17	4.145.941,80	5.230.021,70	4.315.925,41	4.454.035,02	4.587.656,07	4.725.285,75				
4.1.7.1.3.50.03.00.00.0000	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Vigilância em Saúd	1.672.051,02	779.024,27	821.991,42	806.368,02	855.693,07	883.075,25	909.567,51	936.854,54				
4.1.7.1.3.50.03.01.00.0000	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Vigilância em Saú	1.672.051,02	779.024,27	821.991,42	806.368,02	855.693,07	883.075,25	909.567,51	936.854,54				
4.1.7.1.3.50.04.00.00.0000	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Assistência Farmac	272.538,00	308.811,00	308.811,00	319.650,27	321.472,25	331.759,36	341.712,14	351.963,50				
4.1.7.1.3.50.04.01.00.0000	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Assistência Farna	272.538,00	308.811,00	308.811,00	319.650,27	321.472,25	331.759,36	341.712,14	351.963,50				
4.1.7.1.3.50.05.00.00.0000	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Gestão do SUS	26.000,00	133.000,00	13.000,00	137.668,30	13.533,00	13.966,06	14.385,04	14.816,59				
4.1.7.1.3.50.05.01.00.0000	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Gestão do SUS -	26.000,00	133.000,00	13.000,00	137.668,30	13.533,00	13.966,06	14.385,04	14.816,59				
4.1.7.1.3.50.09.00.00.0000	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Outros Programas	0,00	13.222.919,45	880.588,55	1.490.488,07	916.692,68	946.026,85	974.407,66	1.003.638,89				
4.1.7.1.3.50.09.01.00.0000	Transferência de Recursos do SUS - Enfrentamento da Emergência do COVID-19	0,00	13.222.919,45	880.588,55	1.490.488,07	916.692,68	946.026,85	974.407,66	1.003.638,89				
4.1.7.1.3.51.00.00.00.0000	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo - Bloco de Estruturação da	128.000,00	125.722,00	1.010.842,00	44.256,05	1.052.286,53	1.085.959,70	1.118.538,49	1.152.094,64				
4.1.7.1.3.51.01.00.00.0000	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária	48.000,00	17.740,00	349.765,00	18.362,67	364.105,37	375.756,74	387.029,44	398.640,32				
4.1.7.1.3.51.01.01.00.0000	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária -	48.000,00	17.740,00	349.765,00	18.362,67	364.105,37	375.756,74	387.029,44	398.640,32				
4.1.7.1.3.51.03.00.00.0000	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Vigilância em Saúde	80.000,00	107.982,00	661.077,00	25.903,38	688.181,16	710.202,96	731.509,05	753.454,32				
4.1.7.1.3.51.03.01.00.0000	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Vigilância em Saúde	80.000,00	107.982,00	661.077,00	25.903,38	688.181,16	710.202,96	731.509,05	753.454,32				
4.1.7.1.4.00.00.00.00.0000	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	2.983.775,50	3.563.613,73	2.768.795,93	3.689.976,75	2.882.316,56	2.974.550,70	3.063.787,22	3.155.700,84				

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO

CNPJ: 12.200.275/0001-58

Rua: AVENIDA DR. TAVARES BASTOS, S/N

Bairro: CENTRO

L.D.O. 2023

Código	Especificação	Receitas Realizadas			Previsão			Estimativa da Receita		
		2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	
4.1.7.1.4.50.00.00.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	1.040.063,83	777.831,38	896.661,42	962.159,09	933.424,54	963.294,13	992.192,95	1.021.958,74	
4.1.7.1.4.50.01.00.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	1.040.063,83	777.831,38	896.661,42	962.159,09	933.424,54	963.294,13	992.192,95	1.021.958,74	
4.1.7.1.4.50.01.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	1.040.063,83	777.831,38	896.661,42	962.159,09	933.424,54	963.294,13	992.192,95	1.021.958,74	
4.1.7.1.4.52.00.00.00.00.00	Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	1.054.696,40	1.099.153,00	1.078.926,20	1.137.733,27	1.123.162,17	1.159.103,36	1.193.876,46	1.229.692,75	
4.1.7.1.4.52.01.00.00.00.00	Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	1.054.696,40	1.099.153,00	1.078.926,20	1.137.733,27	1.123.162,17	1.159.103,36	1.193.876,46	1.229.692,75	
4.1.7.1.4.52.01.01.00.00.00	Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Principal	1.054.696,40	1.099.153,00	1.078.926,20	1.137.733,27	1.123.162,17	1.159.103,36	1.193.876,46	1.229.692,75	
4.1.7.1.4.53.00.00.00.00.00	Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNAE	513.973,88	508.175,89	330.255,08	526.012,86	343.795,54	354.797,00	365.440,91	376.404,14	
4.1.7.1.4.53.01.00.00.00.00	Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNAE	513.973,88	508.175,89	330.255,08	526.012,86	343.795,54	354.797,00	365.440,91	376.404,14	
4.1.7.1.4.53.01.01.00.00.00	Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNAE - Principal	513.973,88	508.175,89	330.255,08	526.012,86	343.795,54	354.797,00	365.440,91	376.404,14	
4.1.7.1.4.55.00.00.00.00.00	Transferências referentes ao Programa Brasil Alfabetizado - PBA	0,00	0,00	0,00	243.685,57	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.7.1.4.55.01.00.00.00.00	Transferências referentes ao Programa Brasil Alfabetizado - PBA	0,00	0,00	0,00	243.685,57	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.7.1.4.55.01.01.00.00.00	Transferências referentes ao Programa Brasil Alfabetizado - PBA	0,00	0,00	0,00	243.685,57	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.7.1.4.99.00.00.00.00.00	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	375.041,39	1.178.453,46	462.953,23	820.385,96	481.934,31	497.356,21	512.276,90	527.645,21	
4.1.7.1.4.99.01.00.00.00.00	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	375.041,39	1.178.453,46	462.953,23	820.385,96	481.934,31	497.356,21	512.276,90	527.645,21	
4.1.7.1.4.99.01.01.00.00.00	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	375.041,39	1.178.453,46	462.953,23	820.385,96	481.934,31	497.356,21	512.276,90	527.645,21	
4.1.7.1.5.00.00.00.00.00.00	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação	7.527.452,51	8.882.982,92	10.152.011,07	9.194.775,62	10.568.243,52	10.906.427,31	11.233.620,13	11.570.628,73	
4.1.7.1.5.01.00.00.00.00.00	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundo - VAAF	7.527.452,51	8.882.982,92	10.152.011,07	9.194.775,62	10.568.243,52	10.906.427,31	11.233.620,13	11.570.628,73	
4.1.7.1.5.01.00.00.00.00.00	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundo - VAAF	7.527.452,51	8.882.982,92	10.152.011,07	9.194.775,62	10.568.243,52	10.906.427,31	11.233.620,13	11.570.628,73	
4.1.7.1.5.01.01.00.00.00.00	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundo - VAAF	7.527.452,51	8.882.982,92	10.152.011,07	9.194.775,62	10.568.243,52	10.906.427,31	11.233.620,13	11.570.628,73	
4.1.7.1.5.01.01.01.00.00.00	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundo - VAAF - Principal	7.527.452,51	8.882.982,92	10.152.011,07	9.194.775,62	10.568.243,52	10.906.427,31	11.233.620,13	11.570.628,73	
4.1.7.1.6.00.00.00.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	1.094.928,45	1.332.264,40	703.138,59	871.729,89	731.967,27	755.390,22	778.051,92	801.393,47	
4.1.7.1.6.00.00.00.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	1.094.928,45	1.332.264,40	703.138,59	871.729,89	731.967,27	755.390,22	778.051,92	801.393,47	
4.1.7.1.6.00.01.00.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	1.094.928,45	1.332.264,40	703.138,59	871.729,89	731.967,27	755.390,22	778.051,92	801.393,47	
4.1.7.1.6.00.01.01.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	1.094.928,45	1.332.264,40	703.138,59	871.729,89	731.967,27	755.390,22	778.051,92	801.393,47	
4.1.7.1.6.50.01.01.01.00.00	Índice de Gestão Descentralizada - IGDSE	207.084,66	20.470,41	236.433,23	21.188,92	246.126,99	254.003,05	261.623,14	269.471,83	
4.1.7.1.6.50.01.01.01.00.00	IGD-SUAS	22.510,96	236.279,60	0,00	244.573,01	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.7.1.6.50.01.01.02.00.00	Piso Básico Fixo (CRAS/PAIF)	542.050,00	144.416,59	45.273,37	149.485,61	47.129,58	48.637,73	50.096,86	51.599,77	
4.1.7.1.6.50.01.01.03.00.00	Programa Primeira Infância no SUAS	79.046,00	170.550,00	214.569,00	176.536,30	223.366,33	230.514,05	237.429,47	244.552,35	
4.1.7.1.6.50.01.01.04.00.00	AÇÕES DO COVID-19 NO SUAS - ACO	0,00	594.818,00	0,00	108.399,13	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.7.1.6.50.01.01.05.00.00	PFMAC-Piso Fixo de Média e Alta Complexidade	239.852,83	153.113,58	94.223,94	158.487,87	98.087,12	101.225,91	104.262,69	107.390,57	
4.1.7.1.6.50.01.01.06.00.00	Serviço de Convivência e Fortalecimento dos Vínculos	4.384,00	12.616,22	112.639,05	13.059,05	117.257,25	121.009,48	124.639,76	128.378,95	
4.1.7.1.6.50.01.01.07.00.00	Transferências de Convivência da União e de Suas Entidades	250.000,00	78.938,03	0,00	81.708,75	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.7.1.6.50.01.01.08.00.00	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	250.000,00	78.938,03	0,00	81.708,75	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.7.1.6.50.01.01.09.00.00	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	250.000,00	78.938,03	0,00	81.708,75	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.7.1.6.50.01.01.10.00.00	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades - Principal	250.000,00	78.938,03	0,00	81.708,75	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.1.7.1.7.01.01.01.01.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROG. DE INFRAESTRUTURA	0,00	0,00	420.963,21	0,00	7.695.226,36	10.157.698,80	10.462.429,76	10.776.302,66	
4.1.7.1.7.01.01.01.01.00.00	Transferências da União - Específica EIM	0,00	0,00	420.963,21	0,00	7.695.226,36	10.157.698,80	10.462.429,76	10.776.302,66	
4.1.7.1.8.09.00.00.00.00.00	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação	0,00	0,00	420.963,21	0,00	7.695.226,36	10.157.698,80	10.462.429,76	10.776.302,66	
4.1.7.1.8.09.01.00.00.00.00	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação	0,00	0,00	420.963,21	0,00	7.695.226,36	10.157.698,80	10.462.429,76	10.776.302,66	
4.1.7.1.8.09.01.03.00.00.00	Complementação do FUNDEB - VAAF	0,00	0,00	420.963,21	0,00	7.695.226,36	10.157.698,80	10.462.429,76	10.776.302,66	
4.1.7.1.9.00.00.00.00.00.00	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades	1.787.537,07	8.328.976,50	264.151,32	5.171.283,30	274.981,52	283.780,93	292.294,36	301.063,19	

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO

CNPJ: 12.200.275/0001-58

Rua: AVENIDA DR. TAVARES BASTOS, S/N

Bairro: CENTRO

L.D.O.2023

Código	Especificação	Receitas Realizadas				Previsão				Estimativa da Receita			
		2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026				
4.1.7.1.9.51.00.00.00.00.00.00	Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	0,00	0,00	0,00	272.570,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.1.9.51.01.00.00.00.00.00	Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	0,00	0,00	0,00	272.570,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.1.9.51.01.03.00.00.00.00	Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Prorrateal	0,00	0,00	0,00	272.570,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.1.9.99.00.00.00.00.00.00	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades	1.787.537,07	8.328.976,50	264.151,32	4.898.712,78	274.981,52	283.780,93	292.294,36	292.294,36	301.063,19	301.063,19	301.063,19	301.063,19
4.1.7.1.9.99.01.00.00.00.00.00	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades - Principal	1.787.537,07	8.328.976,50	264.151,32	4.898.712,78	274.981,52	283.780,93	292.294,36	292.294,36	301.063,19	301.063,19	301.063,19	301.063,19
4.1.7.1.9.99.01.01.00.00.00.00	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades - Principal	1.787.537,07	8.328.976,50	264.151,32	4.898.712,78	274.981,52	283.780,93	292.294,36	292.294,36	301.063,19	301.063,19	301.063,19	301.063,19
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00.00.00	Outras Transferências da União	52.465.986,82	53.780.191,24	60.167.287,31	55.608.820,22	62.634.146,09	64.638.438,79	66.577.591,96	66.577.591,96	68.574.919,74	68.574.919,74	68.574.919,74	68.574.919,74
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	48.531.721,68	51.439.734,10	54.886.826,93	53.245.268,78	57.137.186,84	58.965.576,83	60.734.544,14	60.734.544,14	62.556.580,47	62.556.580,47	62.556.580,47	62.556.580,47
4.1.7.2.1.00.00.01.01.00.00.00	Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal:	46.457.902,67	49.108.754,50	52.213.766,79	50.832.471,78	54.354.531,23	56.093.876,23	57.776.692,52	57.776.692,52	59.509.993,29	59.509.993,29	59.509.993,29	59.509.993,29
4.1.7.2.1.50.00.00.00.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	46.457.902,67	49.108.754,50	52.213.766,79	50.832.471,78	54.354.531,23	56.093.876,23	57.776.692,52	57.776.692,52	59.509.993,29	59.509.993,29	59.509.993,29	59.509.993,29
4.1.7.2.1.50.01.01.00.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	46.457.902,67	49.108.754,50	52.213.766,79	50.832.471,78	54.354.531,23	56.093.876,23	57.776.692,52	57.776.692,52	59.509.993,29	59.509.993,29	59.509.993,29	59.509.993,29
4.1.7.2.1.50.01.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Prorrateal	58.072.378,37	51.370.034,30	55.267.208,55	53.524.122,50	57.943.164,10	60.117.345,35	62.220.865,71	62.220.865,71	64.387.491,68	64.387.491,68	64.387.491,68	64.387.491,68
4.1.7.2.1.50.01.01.99.00.00.00	(-) Dedução FUNDEB Cota-Parte do ICMS	-11.614.475,70	-12.261.279,80	-13.053.441,76	-12.691.650,72	-13.588.632,87	-14.023.469,12	-14.444.173,19	-14.444.173,19	-14.877.498,39	-14.877.498,39	-14.877.498,39	-14.877.498,39
4.1.7.2.1.51.00.00.00.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	2.005.241,75	2.187.122,08	2.624.208,85	2.263.890,07	2.731.801,42	2.819.219,07	2.903.795,65	2.903.795,65	2.990.909,52	2.990.909,52	2.990.909,52	2.990.909,52
4.1.7.2.1.51.01.00.00.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	2.005.241,75	2.187.122,08	2.624.208,85	2.263.890,07	2.731.801,42	2.819.219,07	2.903.795,65	2.903.795,65	2.990.909,52	2.990.909,52	2.990.909,52	2.990.909,52
4.1.7.2.1.51.01.01.00.00.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	2.005.241,75	2.187.122,08	2.624.208,85	2.263.890,07	2.731.801,42	2.819.219,07	2.903.795,65	2.903.795,65	2.990.909,52	2.990.909,52	2.990.909,52	2.990.909,52
4.1.7.2.1.51.01.01.01.00.00.00	Cota-Parte do IPVA - Prorrateal	2.506.552,26	2.749.811,61	3.280.261,11	2.846.330,00	3.414.751,82	3.524.023,88	3.629.744,60	3.629.744,60	3.738.636,94	3.738.636,94	3.738.636,94	3.738.636,94
4.1.7.2.1.51.01.01.99.00.00.00	(-) Dedução FUNDEB Cota-Parte do IPVA	-501.310,51	-562.689,53	-656.052,26	-582.439,93	-682.950,40	-704.804,81	-725.948,95	-725.948,95	-747.727,42	-747.727,42	-747.727,42	-747.727,42
4.1.7.2.1.52.00.00.00.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	23.625,52	106.108,57	24.063,07	109.832,99	25.049,65	25.851,24	26.626,77	26.626,77	27.425,58	27.425,58	27.425,58	27.425,58
4.1.7.2.1.52.01.00.00.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	23.625,52	106.108,57	24.063,07	109.832,99	25.049,65	25.851,24	26.626,77	26.626,77	27.425,58	27.425,58	27.425,58	27.425,58
4.1.7.2.1.52.01.01.00.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	23.625,52	106.108,57	24.063,07	109.832,99	25.049,65	25.851,24	26.626,77	26.626,77	27.425,58	27.425,58	27.425,58	27.425,58
4.1.7.2.1.52.01.01.01.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Prorrateal	29.999,41	132.635,76	30.078,86	137.291,28	31.312,09	32.314,08	33.283,50	33.283,50	34.262,01	34.262,01	34.262,01	34.262,01
4.1.7.2.1.52.01.01.99.00.00.00	(-) Dedução FUNDEB Cota-Parte do IPI - Municípios	-6.373,89	-26.527,19	-6.015,79	-27.458,29	-6.262,44	-6.462,84	-6.656,73	-6.656,73	-6.856,43	-6.856,43	-6.856,43	-6.856,43
4.1.7.2.1.53.00.00.00.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	44.951,74	37.748,95	24.788,22	39.073,94	25.804,54	26.630,29	27.429,20	27.429,20	28.252,08	28.252,08	28.252,08	28.252,08
4.1.7.2.1.53.01.00.00.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	44.951,74	37.748,95	24.788,22	39.073,94	25.804,54	26.630,29	27.429,20	27.429,20	28.252,08	28.252,08	28.252,08	28.252,08
4.1.7.2.1.53.01.01.00.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	44.951,74	37.748,95	24.788,22	39.073,94	25.804,54	26.630,29	27.429,20	27.429,20	28.252,08	28.252,08	28.252,08	28.252,08
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00.00.00	Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	1.215.630,93	0,00	0,00	273.171,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.52.00.00.00.00.00.00	Cota-Parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção do Petróleo	1.215.630,93	0,00	0,00	273.171,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.52.01.00.00.00.00.00	Cota-Parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção do Petróleo	1.215.630,93	0,00	0,00	273.171,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.52.01.01.00.00.00.00	Cota-Parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção do Petróleo - Principal	1.215.630,93	0,00	0,00	273.171,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.3.00.00.00.00.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	1.703.634,21	1.966.817,72	4.011.106,06	1.703.625,97	4.175.561,41	4.309.179,38	4.438.454,76	4.438.454,76	4.571.608,41	4.571.608,41	4.571.608,41	4.571.608,41
4.1.7.2.3.50.00.00.00.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	1.703.634,21	1.966.817,72	4.011.106,06	1.703.625,97	4.175.561,41	4.309.179,38	4.438.454,76	4.438.454,76	4.571.608,41	4.571.608,41	4.571.608,41	4.571.608,41
4.1.7.2.3.50.01.00.00.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	1.703.634,21	1.966.817,72	4.011.106,06	1.703.625,97	4.175.561,41	4.309.179,38	4.438.454,76	4.438.454,76	4.571.608,41	4.571.608,41	4.571.608,41	4.571.608,41
4.1.7.2.3.50.01.01.00.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Principal	1.703.634,21	1.966.817,72	4.011.106,06	1.703.625,97	4.175.561,41	4.309.179,38	4.438.454,76	4.438.454,76	4.571.608,41	4.571.608,41	4.571.608,41	4.571.608,41
4.1.7.2.3.50.01.01.01.00.00.00	Bloco de Atenção Básica	126.429,12	28.900,00	151.158,37	29.914,39	157.355,86	162.391,25	167.262,99	167.262,99	172.280,88	172.280,88	172.280,88	172.280,88
4.1.7.2.3.50.01.01.02.00.00.00	Bloco de Média e Alta Complexidade	1.400.300,00	1.720.693,13	3.465.875,88	1.448.862,41	3.607.976,79	3.723.432,05	3.835.195,01	3.835.195,01	3.950.189,06	3.950.189,06	3.950.189,06	3.950.189,06
4.1.7.2.3.50.01.01.03.00.00.00	Bloco de Vigilância a Saúde	81.119,85	79.050,46	297.881,85	81.825,13	310.095,01	320.018,05	329.618,59	329.618,59	339.507,15	339.507,15	339.507,15	339.507,15
4.1.7.2.3.50.01.01.04.00.00.00	Bloco de Farmácia Básica	95.785,24	138.174,13	96.189,96	143.024,04	100.133,75	103.338,03	106.438,17	106.438,17	109.631,32	109.631,32	109.631,32	109.631,32
4.1.7.2.8.00.00.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados - Especifica EM	0,00	0,00	227.810,32	0,00	237.150,54	244.739,36	252.081,54	252.081,54	259.643,99	259.643,99	259.643,99	259.643,99

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO

CNPJ: 12.200.275/0001-58

Rua: AVENIDA DR. TAVARES BASTOS, S/N

Bairro: CENTRO

L.D.O. 2023

Código	Especificação	Receitas Realizadas				Previsão			Estimativa da Receita		
		2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026		
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00.00	Outras Restituições	45.042,80	92.591,73	61.909.220,58	42.427,25	69.638,95	71.771,40	74.434,54	76.859,58		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00.00	Outras Restituições	45.042,80	92.591,73	61.909.220,58	42.427,25	69.638,95	71.771,40	74.434,54	76.859,58		
4.1.9.2.2.99.01.01.00.00.00	Outras Restituições	45.042,80	92.591,73	61.909.220,58	42.427,25	69.638,95	71.771,40	74.434,54	76.859,58		
4.1.9.2.2.99.01.01.00.00.00	Outras Restituições - Principal	45.042,80	92.591,73	61.909.220,58	42.427,25	69.638,95	71.771,40	74.434,54	76.859,58		
4.1.9.2.2.99.01.01.02.00.00	Outras Restituições Diversas - FME	61,52	8.225,95	0,00	8.514,68	1.000,00	1.000,00	1.200,00	1.300,00		
4.1.9.2.2.99.01.01.05.00.00	Outras Restituições Diversas - RPPS	31.750,65	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.200,00	1.300,00		
4.1.9.2.2.99.01.01.06.00.00	Outras Restituições Diversas - FMS	1.016,54	0,00	38.431,13	0,00	40.006,81	41.287,03	42.525,64	43.801,41		
4.1.9.2.2.99.01.01.07.00.00	Outras Restituições Diversas - FVAS	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.200,00	1.300,00		
4.1.9.2.2.99.01.01.99.00.00	Outras Restituições Diversas - Admin. Direta	12.214,09	84.365,78	61.870.789,45	33.912,58	26.632,14	27.484,37	28.308,90	29.158,17		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00.00	Demais Receitas Correntes	2.102.368,61	353.934,27	266.164,51	365.357,36	277.077,25	285.943,72	294.522,03	303.357,69		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes	2.102.368,61	353.934,27	266.164,51	365.357,36	277.077,25	285.943,72	294.522,03	303.357,69		
4.1.9.9.12.00.00.00.00.00	Encargos Legais pela Inscrição em Divisa Aliva e Receitas de Ônus de Sucumbência	772.040,66	280.557,35	266.164,51	289.404,91	277.077,25	285.943,72	294.522,03	303.357,69		
4.1.9.9.12.02.00.00.00.00	Ônus de Sucumbência	772.040,66	280.557,35	266.164,51	289.404,91	277.077,25	285.943,72	294.522,03	303.357,69		
4.1.9.9.12.02.01.00.00.00	Ônus de Sucumbência - Principal	772.040,66	280.557,35	266.164,51	289.404,91	277.077,25	285.943,72	294.522,03	303.357,69		
4.1.9.9.99.00.00.00.00.00	Outras Receitas	1.330.327,95	73.376,92	0,00	75.952,45	0,00	0,00	0,00	0,00		
4.1.9.9.99.09.00.00.00.00	Outras Receitas - Principal	1.330.327,95	73.376,92	0,00	75.952,45	0,00	0,00	0,00	0,00		
4.2.0.0.00.00.00.00.00.00	Receitas de Capital	21.700.121,69	13.257.661,69	10.058.504,64	21.953.212,53	82.578.258,87	7.270.275,76	7.488.384,03	7.713.035,55		
4.2.1.0.00.00.00.00.00.00	Operações de Crédito	0,00	1.708.909,13	3.291.126,30	2.980.506,49	15.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
4.2.1.1.00.00.00.00.00.00	Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	1.708.909,13	3.291.126,30	2.980.506,49	15.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
4.2.1.1.9.00.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	1.708.909,13	3.291.126,30	2.980.506,49	15.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
4.2.1.1.9.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	1.708.909,13	3.291.126,30	2.980.506,49	15.000.000,00	0,00	0,00	0,00		
4.2.2.0.00.00.00.00.00.00	Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
4.2.2.0.00.00.00.00.00.00	Operações de Crédito - Mercado Externo - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
4.2.2.1.00.00.00.00.00.00	Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	353.945,33	0,00	366.368,81	0,00	0,00	0,00	0,00		
4.2.2.1.00.00.00.00.00.00	Operações de Crédito - Mercado Externo - Principal	0,00	353.945,33	0,00	366.368,81	0,00	0,00	0,00	0,00		
4.2.2.1.1.00.00.00.00.00.00	Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	353.945,33	0,00	366.368,81	0,00	0,00	0,00	0,00		
4.2.2.1.1.9.00.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	353.945,33	0,00	366.368,81	0,00	0,00	0,00	0,00		
4.2.2.1.1.9.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	353.945,33	0,00	366.368,81	0,00	0,00	0,00	0,00		
4.2.2.1.3.00.00.00.00.00.00	Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
4.2.2.1.3.01.00.00.00.00.00	Operações de Crédito - Mercado Externo - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
4.2.2.1.3.01.01.00.00.00.00	Operações de Crédito - Mercado Externo - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
4.2.4.0.00.00.00.00.00.00	Transferências de Capital	21.700.121,69	11.194.207,23	6.767.378,34	18.606.337,23	67.578.258,87	7.270.275,76	7.488.384,03	7.713.035,55		
4.2.4.1.00.00.00.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	21.196.777,26	10.783.962,03	6.767.378,34	17.856.495,03	11.829.277,73	7.270.275,76	7.488.384,03	7.713.035,55		
4.2.4.1.00.00.01.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades - Principal	21.196.777,26	10.783.962,03	6.767.378,34	17.856.495,03	11.829.277,73	7.270.275,76	7.488.384,03	7.713.035,55		
4.2.4.1.4.00.00.00.00.00.00	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
4.2.4.1.4.00.00.00.00.00.00	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS	2.254.600,00	0,00	0,00	487.462,57	0,00	0,00	0,00	0,00		
4.2.4.1.4.50.00.00.00.00.00	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS	2.254.600,00	0,00	0,00	487.462,57	0,00	0,00	0,00	0,00		
4.2.4.1.4.50.01.00.00.00.00	Transferências de Convênios da União para o Sistema Único de Saúde - SUS	2.254.600,00	0,00	0,00	487.462,57	0,00	0,00	0,00	0,00		
4.2.4.1.4.51.00.00.00.00.00	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Educação	1.018.593,23	0,00	0,00	9.647.522,84	0,00	0,00	0,00	0,00		

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO

CNPJ: 12.200.275/0001-58

Rua: AVENIDA DR. TAVARES BASTOS, S/N

Bairro: CENTRO

L.D.O. 2023

Código	Especificação	Receitas Realizadas					Previsão					Estimativa da Receita		
		2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2024	2025	2026		
4.2.4.1.4.51.01.00.00.0000	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Educação	1.018.593,23	0,00	0,00	9.647.522,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.1.4.51.01.01.00.0000	Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação - Principal	1.018.593,23	0,00	0,00	9.647.522,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.1.4.54.00.00.00.0000	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Infraestrutura em Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	6.420.120,26	0,00	0,00	0,00	6.420.120,26	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.1.4.99.00.00.00.0000	Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	17.923.584,03	9.832.848,10	6.493.378,34	7.721.509,62	5.409.157,47	6.975.914,27	7.185.191,70	7.400.747,45	7.185.191,70	7.400.747,45	7.185.191,70	7.400.747,45	7.185.191,70
4.2.4.1.4.99.01.00.00.0000	Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	17.923.584,03	9.832.848,10	6.493.378,34	7.721.509,62	5.409.157,47	6.975.914,27	7.185.191,70	7.400.747,45	7.185.191,70	7.400.747,45	7.185.191,70	7.400.747,45	7.185.191,70
4.2.4.1.4.99.01.01.00.0000	Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	17.923.584,03	9.832.848,10	6.493.378,34	7.721.509,62	5.409.157,47	6.975.914,27	7.185.191,70	7.400.747,45	7.185.191,70	7.400.747,45	7.185.191,70	7.400.747,45	7.185.191,70
4.2.4.1.4.99.01.01.01.0000	Outras Transferências de Convênios da União - Principal	17.923.584,03	9.832.848,10	6.493.378,34	7.721.509,62	5.409.157,47	6.975.914,27	7.185.191,70	7.400.747,45	7.185.191,70	7.400.747,45	7.185.191,70	7.400.747,45	7.185.191,70
4.2.4.1.4.99.01.01.03.0000	Convênio Largo do Taperaguá	0,00	0,00	0,00	361.256,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.1.4.99.01.01.05.0000	URBANIZACAO DA ORLA LACUSTRE DO SÍTIO HISTORICO DE MARECHAL DEODORO	0,00	0,00	0,00	96.961,70	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.1.4.99.01.01.08.0000	Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares nas Comunidades Rurais	0,00	0,00	248.950,50	243.898,05	259.157,47	267.450,51	275.474,03	283.738,25	275.474,03	283.738,25	275.474,03	283.738,25	275.474,03
4.2.4.1.4.99.01.01.07.0000	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	579.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.2.0.00.00.00.00.0000	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	503.344,43	410.245,20	0,00	749.842,20	55.748.981,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.2.2.00.00.00.00.0000	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades	503.344,43	410.245,20	0,00	749.842,20	55.748.981,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.2.2.99.00.00.00.0000	Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades	503.344,43	410.245,20	0,00	749.842,20	55.748.981,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.2.2.99.01.01.00.0000	Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades	503.344,43	410.245,20	0,00	749.842,20	55.748.981,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.2.2.99.01.01.01.0000	Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades	503.344,43	410.245,20	0,00	749.842,20	55.748.981,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.2.2.99.01.01.03.0000	CONVENIO DO ESTADO - SETRAND	0,00	0,00	0,00	189.698,48	55.748.981,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.0.0.0.00.00.00.00.0000	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	10.015.452,53	7.685.120,50	23.327.120,14	7.954.868,23	24.283.532,07	25.060.605,08	25.812.423,22	26.586.795,92	25.812.423,22	26.586.795,92	25.812.423,22	26.586.795,92	25.812.423,22
4.7.2.0.0.00.00.00.00.0000	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	10.015.452,53	7.685.120,50	23.327.120,14	7.954.868,23	24.283.532,07	25.060.605,08	25.812.423,22	26.586.795,92	25.812.423,22	26.586.795,92	25.812.423,22	26.586.795,92	25.812.423,22
4.7.2.1.0.00.00.00.00.0000	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	10.015.452,53	7.685.120,50	23.327.120,14	7.954.868,23	24.283.532,07	25.060.605,08	25.812.423,22	26.586.795,92	25.812.423,22	26.586.795,92	25.812.423,22	26.586.795,92	25.812.423,22
4.7.2.1.5.00.00.00.00.0000	Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público - CPSSS - Intra-Orçamentária	8.762.117,37	7.685.120,50	21.934.218,17	6.475.029,28	22.833.521,12	23.564.193,78	24.271.119,58	24.999.253,17	23.564.193,78	24.271.119,58	24.999.253,17	23.564.193,78	24.271.119,58
4.7.2.1.5.02.00.00.00.0000	CPSSS Patronal - Intra-Orçamentária	8.762.117,37	7.685.120,50	21.934.218,17	6.475.029,28	22.833.521,12	23.564.193,78	24.271.119,58	24.999.253,17	23.564.193,78	24.271.119,58	24.999.253,17	23.564.193,78	24.271.119,58
4.7.2.1.5.02.01.01.00.0000	CPSSS Patronal - Servidor Civil - Intra-Orçamentária	8.762.117,37	7.685.120,50	21.934.218,17	6.475.029,28	22.833.521,12	23.564.193,78	24.271.119,58	24.999.253,17	23.564.193,78	24.271.119,58	24.999.253,17	23.564.193,78	24.271.119,58
4.7.2.1.5.02.01.01.01.0000	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo	8.762.117,37	7.685.120,50	21.934.218,17	6.475.029,28	22.833.521,12	23.564.193,78	24.271.119,58	24.999.253,17	23.564.193,78	24.271.119,58	24.999.253,17	23.564.193,78	24.271.119,58
4.7.2.1.5.02.01.01.02.0000	CPSSS Patronal - Servidor Civil - FMS	8.762.117,37	7.685.120,50	21.934.218,17	6.475.029,28	22.833.521,12	23.564.193,78	24.271.119,58	24.999.253,17	23.564.193,78	24.271.119,58	24.999.253,17	23.564.193,78	24.271.119,58
4.7.2.1.5.02.01.01.03.0000	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal	8.762.117,37	7.685.120,50	21.934.218,17	6.475.029,28	22.833.521,12	23.564.193,78	24.271.119,58	24.999.253,17	23.564.193,78	24.271.119,58	24.999.253,17	23.564.193,78	24.271.119,58
4.7.2.1.5.02.01.01.04.0000	CPSSS Patronal - Administração Direta	2.950.111,88	2.405.780,34	2.644.503,15	1.010.384,28	2.752.927,78	2.841.021,47	2.925.252,11	3.014.039,67	2.841.021,47	2.925.252,11	3.014.039,67	2.841.021,47	2.925.252,11
4.7.2.1.5.02.01.01.05.0000	CPSSS Patronal - Servidor Civil - FME	4.848.772,83	4.532.005,89	7.915.090,81	4.691.079,30	8.239.609,53	8.503.277,03	8.758.375,34	9.021.126,60	8.503.277,03	8.758.375,34	9.021.126,60	8.503.277,03	8.758.375,34
4.7.2.1.5.02.01.01.06.0000	CPSSS Patronal - Servidor Civil - FMS	860.368,01	707.668,64	4.061.373,33	732.507,81	4.227.889,64	4.363.182,11	4.484.077,57	4.628.899,90	4.363.182,11	4.484.077,57	4.628.899,90	4.363.182,11	4.484.077,57
4.7.2.1.5.02.01.01.07.0000	CPSSS Patronal - Servidor Civil - FMAAS	93.740,37	27.186,94	123.466,13	28.141,20	128.528,24	132.641,14	136.620,37	140.718,98	132.641,14	136.620,37	140.718,98	132.641,14	136.620,37
4.7.2.1.5.02.01.01.08.0000	CPSSS Patronal - Servidor Civil - SAAE	8.124,28	12.478,69	6.928.328,03	12.916,69	7.212.389,48	7.443.185,94	7.665.481,52	7.896.475,97	7.443.185,94	7.665.481,52	7.896.475,97	7.443.185,94	7.665.481,52
4.7.2.1.5.02.01.01.09.0000	CPSSS Patronal - Servidor Civil - SMTT	0,00	0,00	115.403,87	0,00	120.135,43	123.979,76	127.699,15	131.530,12	123.979,76	127.699,15	131.530,12	123.979,76	127.699,15
4.7.2.1.5.02.01.01.10.0000	CPSSS Patronal - Servidor Civil - Procuradoria	0,00	0,00	146.052,85	0,00	152.041,02	156.906,33	161.613,52	166.461,93	156.906,33	161.613,52	166.461,93	156.906,33	161.613,52
4.7.2.1.5.51.00.00.00.0000	Contribuição Patronal - Parcelamentos	1.253.335,16	0,00	1.392.901,97	1.479.838,95	1.450.010,95	1.496.411,30	1.541.303,64	1.587.542,75	1.496.411,30	1.541.303,64	1.587.542,75	1.496.411,30	1.541.303,64
4.7.2.1.5.51.01.00.00.0000	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Parcelamentos	1.253.335,16	0,00	1.392.901,97	1.479.838,95	1.450.010,95	1.496.411,30	1.541.303,64	1.587.542,75	1.496.411,30	1.541.303,64	1.587.542,75	1.496.411,30	1.541.303,64
4.7.2.1.5.51.01.01.00.0000	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Parcelamentos - Principal	1.253.335,16	0,00	1.392.901,97	1.479.838,95	1.450.010,95	1.496.411,30	1.541.303,64	1.587.542,75	1.496.411,30	1.541.303,64	1.587.542,75	1.496.411,30	1.541.303,64
TOTAL		247.261.872,58	268.978.706,10	363.475.418,35	256.370.937,02	380.302.507,74	316.737.829,84	326.240.474,70	336.027.880,96	316.737.829,84	326.240.474,70	336.027.880,96	316.737.829,84	326.240.474,70

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS I - RECEITAS
2023

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO		
	2023	2024	2025
RECEITAS CORRENTES	273.440.716,80	284.406.949,00	292.939.667,45
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	47.357.605,98	48.873.049,38	50.339.240,87
Impostos	45.055.793,97	46.497.579,38	47.892.506,76
Taxas	2.301.812,01	2.375.470,00	2.446.734,11
Receita de Contribuições	18.622.730,46	19.218.657,84	19.795.217,56
Receita Patrimonial	4.000.457,52	4.128.472,18	4.252.326,32
Transferências Correntes	202.916.701,27	211.626.260,94	217.975.048,78
Transferências Intergovernamentais	202.916.701,27	211.626.260,94	217.975.048,78
Transferências da União	94.000.440,18	99.224.679,47	102.201.419,85
Cota-Parte do FPM	40.463.206,22	41.783.891,86	43.037.408,62
Transferências de Recursos do SUS - FMS	20.563.465,10	21.221.495,99	21.858.140,87
Outras Transferências Correntes	108.916.261,09	112.401.581,47	115.773.628,93
Multa Adm. Contratuais e Judiciais	196.505,37	202.793,54	208.877,35
Restituições	69.638,95	71.771,40	74.434,54
Demais Receitas Correntes	277.077,25	285.943,72	294.522,03
RECEITAS DE CAPITAL	82.578.258,87	7.270.275,76	7.488.384,03
Operações de Crédito	15.000.000,00	0,00	0,00
Amortizações de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Alienações de Bens	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	67.578.258,87	7.270.275,76	7.488.384,03
TOTAL	380.302.507,74	316.737.829,84	326.240.474,70

FONTE: Sistema TC Contabilidade Pública, Unidade Responsável Divisão de Contabilidade/SEMFIM, Data de emissão 06/mai/2022, hora de emissão 20h e 20m

1. - A estimativa da Receita de tributos foi realizada através da análise de arrecadação de anos anteriores em comparação com o cenário das atividades econômicas atuais, tendo como base principal o combate a sonegação fiscal bem como reavaliação das políticas de arrecadação dos créditos da dívida ativa.
2. - Na projeção de outras receitas, foi verificado a arrecadação realizada no exercício financeiro de 2021. Aplicado à base de cálculo, sem prejuízo de suas variações, bem como as projeções de crescimento baseado no crescimento sugerido pelo Banco Central do Brasil.
3. - Também foi levado em consideração a perspectiva de obtenção de recursos através de convênios firmados entre os Governos Federal e Estadual.
4. - A partir do ano de 2018, a Secretaria de Tesouro Nacional instituiu o novo ementário das receitas, alterando assim a codificação das mesmas. Portanto, as Receitas de Multas e Juros de mora e Dívida Ativa Tributária, estão dispostas no grupo de receitas tributárias, juntos com suas respectivas receitas originárias.



CLÁUDIO ROBERTO AYRES DA COSTA
PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
I.a - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS PRINCIPAIS FONTES DE RECEITA
2023

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2020	30.179.253,61	—
2021	45.492.416,89	33,66 %
2022	31.239.157,38	(45,63) %
2023	47.357.605,98	34,04 %
2024	48.873.049,38	3,20 %
2025	50.339.240,87	3,00 %

Contribuições

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2020	12.672.818,94	—
2021	17.895.074,84	29,18 %
2022	19.788.126,88	9,57 %
2023	18.622.730,46	(6,26) %
2024	19.218.657,84	3,20 %
2025	19.795.217,56	3,00 %

Receita Patrimonial

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2020	1.845.849,14	—
2021	4.863.949,85	62,05 %
2022	1.867.779,14	(160,41) %
2023	4.000.457,52	53,31 %
2024	4.128.472,18	3,20 %
2025	4.252.326,32	3,00 %

Receita Agropecuária

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2020	0,00	—
2021	0,00	0,00 %
2022	0,00	0,00 %
2023	0,00	0,00 %
2024	0,00	0,00 %
2025	0,00	0,00 %

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
I.a - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS PRINCIPAIS FONTES DE RECEITA
2023

Receita Industrial

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2020	0,00	
2021	0,00	0,00 %
2022	0,00	0,00 %
2023	0,00	0,00 %
2024	0,00	0,00 %
2025	0,00	0,00 %

Receita de Serviços

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2020	13.883.442,08	
2021	10.592.970,90	(31,06) %
2022	0,00	0,00 %
2023	0,00	0,00 %
2024	0,00	0,00 %
2025	0,00	0,00 %

Transferências Correntes

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2020	178.588.635,25	
2021	187.953.600,03	4,98 %
2022	172.725.267,39	(8,82) %
2023	202.916.701,27	14,88 %
2024	211.626.260,94	4,29 %
2025	217.975.048,78	3,00 %

Outras Receitas Correntes

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2020	866.524,89	
2021	63.291.781,06	98,63 %
2022	842.525,47	(7.412,15) %
2023	543.221,57	(55,10) %
2024	560.508,66	3,18 %
2025	577.833,92	3,09 %

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
I.a - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS PRINCIPAIS FONTES DE RECEITA
2023

Operações de Crédito

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2020	1.708.909,13	
2021	3.291.126,30	48,08 %
2022	2.980.506,49	(10,42) %
2023	15.000.000,00	80,13 %
2024	0,00	(100,00) %
2025	0,00	0,00 %

Alienação de Bens

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2020	353.945,33	
2021	0,00	0,00 %
2022	366.368,81	100,00 %
2023	0,00	0,00 %
2024	0,00	0,00 %
2025	0,00	0,00 %

Amortização de Empréstimos

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2020	0,00	
2021	0,00	0,00 %
2022	0,00	0,00 %
2023	0,00	0,00 %
2024	0,00	0,00 %
2025	0,00	0,00 %

Transferências de Capital

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2020	11.194.207,23	
2021	6.767.378,34	(65,41) %
2022	18.606.337,23	63,63 %
2023	67.578.258,87	72,47 %
2024	7.270.275,76	(89,24) %
2025	7.488.384,03	3,00 %

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
I.a - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS PRINCIPAIS FONTES DE RECEITA
2023

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2020	7.685.120,50	—
2021	23.327.120,14	67,05 %
2022	7.954.868,23	(193,24) %
2023	24.283.532,07	67,24 %
2024	25.060.605,08	3,20 %
2025	25.812.423,22	3,00 %

RECEITAS DE CAPITAL - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2020	0,00	—
2021	0,00	0,00 %
2022	0,00	0,00 %
2023	0,00	0,00 %
2024	0,00	0,00 %
2025	0,00	0,00 %

FONTE: Sistema TC Contabilidade Pública, Unidade Responsável Divisão de Contabilidade/SEMFIN, Data de emissão 06/mai/2022, hora de emissão 20h e 20m

1. - Este demonstrativo reflete a mesma metodologia utilizada no Anexo I.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
II.a - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS PRINCIPAIS DESPESAS
2023

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2020	154.375.351,91	
2021	189.007.195,42	18,32 %
2022	138.115.244,56	(36,85) %
2023	156.024.371,65	11,48 %
2024	161.017.151,56	3,20 %
2025	165.848.176,08	3,00 %

JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2020	169.752,02	
2021	7.844,88	(2.063,86) %
2022	304.098,33	97,42 %
2023	412.703,60	26,32 %
2024	425.910,11	3,20 %
2025	438.687,41	3,00 %

OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2020	75.194.135,64	
2021	75.667.078,97	0,63 %
2022	75.265.484,64	(0,53) %
2023	94.318.514,78	20,20 %
2024	97.336.707,26	3,20 %
2025	100.256.808,47	3,00 %

INVESTIMENTOS

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2020	45.107.619,60	
2021	30.201.885,58	(49,35) %
2022	37.725.572,10	19,94 %
2023	123.385.737,41	69,42 %
2024	51.599.722,84	(58,18) %
2025	53.147.714,52	3,00 %

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
II.a - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS PRINCIPAIS DESPESAS
2023

AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2020	1.865.487,55	
2021	2.348.645,57	20,57 %
2022	1.532.691,97	(53,24) %
2023	1.435.772,15	(6,75) %
2024	1.481.716,86	3,20 %
2025	1.526.168,37	3,00 %

RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIAÇÃO %
2020	0,00	
2021	0,00	0,00 %
2022	3.427.845,42	100,00 %
2023	4.725.408,15	27,46 %
2024	4.876.621,21	3,20 %
2025	5.022.919,85	3,00 %

FONTE: Sistema TC Contabilidade Pública, Unidade Responsável Divisão de Contabilidade/SEMFIM, Data de emissão 06/mai/2022, hora de emissão 20h e 20m

1.- Este demonstrativo reflete a mesma metodologia do Anexo II.



CLÁUDIO ROBERTO AYRES DA COSTA
Prefeito
046.880.984-80

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS II - DESPESAS
2023

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	R\$		
	2023	2024	2025
DESPESAS CORRENTES (I)	250.755.590,03	258.779.768,93	266.543.671,96
Pessoal e Encargos Sociais	156.024.371,65	161.017.151,56	165.848.176,08
Juros e Encargos da Dívida	412.703,60	425.910,11	438.687,41
Outras Despesas Correntes	94.318.514,78	97.336.707,26	100.256.808,47
DESPESAS DE CAPITAL (II)	124.821.509,56	53.081.439,70	54.673.882,89
Investimentos	123.385.737,41	51.599.722,84	53.147.714,52
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização Financeira	1.435.772,15	1.481.716,86	1.526.168,37
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (III)	4.725.408,15	4.876.621,21	5.022.919,85
TOTAL (IV) = (I + II + III)	380.302.507,74	316.737.829,84	326.240.474,70

FONTE: Sistema TC Contabilidade Pública, Unidade Responsável Divisão de Contabilidade/SEMFIM, Data de emissão 06/mai/2022, hora de emissão 20h e 20m

1. - Na fixação das despesas foi levado em consideração sua série histórica de empenhos em conjuntos com as atualizações dos exercícios de 2021 e com a perspectiva de frustração da atividade econômica, baseado nas políticas econômicas adotadas pelo Governo Federal para o cenário pós pandemia em 2021.



CLÁUDIO ROBERTO AYRES DA COSTA
Prefeito
046.880.984-80



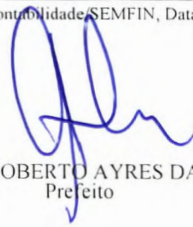
MARECHAL DEODORO - AL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2023

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2021 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2021 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	265.172.804,79	0,488%	120,43%	363.475.418,35	0,636%	114,11%	98.302.613,56	37,07%
Receitas Primárias (I)	242.884.029,02	0,447%	110,30%	331.992.925,66	0,581%	104,22%	89.108.896,64	36,69%
Despesa Total	265.172.804,79	0,488%	120,43%	297.338.493,32	0,520%	93,34%	32.165.688,53	12,13%
Despesas Primárias (II)	264.137.554,79	0,486%	119,96%	294.982.002,87	0,516%	92,60%	30.844.448,08	11,68%
Resultado Primário (III) = (I-II)	-21.253.525,77	-0,039%	-9,65%	37.010.922,79	0,065%	11,62%	58.264.448,56	-274,14%
Resultado Nominal	4.459.265,53	0,008%	2,03%	65.406.955,33	0,114%	20,53%	60.947.689,80	1366,77%
Dívida Pública Consolidada	13.454.722,13	0,025%	6,11%	15.078.685,95	0,026%	4,73%	1.623.963,82	12,07%
Dívida Consolidada Líquida	-84.940.661,01	-0,156%	-38,58%	-106.159.661,23	-0,186%	-33,33%	-21.219.000,22	24,98%

FONTE: Sistema TC Contabilidade Pública, Unidade Responsável Divisão de Contabilidade/SEMFIM, Data de emissão 06/mar/2022, hora de emissão 16h e 15m


CLAUDIO ROBERTO AYRES DA COSTA
Prefeito



MARECHAL DEODORO - AL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2023


AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art 4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	
Receita Total	262.547.331,48	265.172.804,79	1%	270.997.831,79	2%	380.302.507,74	40%	316.737.829,84	-17%	326.240.474,70	3%	
Receitas Primárias (I)	240.479.236,65	242.884.029,02	1%	258.070.198,47	6%	337.018.518,15	31%	287.548.752,58	-15%	296.175.725,16	3%	
Despesa Total	262.547.331,48	265.172.804,79	1%	270.997.831,79	2%	380.302.507,74	40%	316.737.829,84	-17%	326.240.474,70	3%	
Despesas Primárias (II)	261.522.331,48	264.137.554,79	1%	269.939.847,70	2%	355.517.479,78	32%	290.661.745,19	-18%	298.920.606,03	3%	
Resultado Primário (III) = (I - II)	-21.043.094,83	-21.253.525,77	1%	-11.869.649,23	-44%	-18.498.961,63	56%	-3.112.992,61	-83%	-2.744.880,87	-12%	
Resultado Nominal	-721.628,84	4.459.265,53	-718%	-13.683.148,22	-407%	-14.911.207,71	9%	589.569,46	-104%	1.068.758,04	81%	
Dívida Pública Consolidada	6.804.917,20	13.454.722,13	98%	11.705.608,25	-13%	20.045.767,43	71%	18.138.140,46	-10%	16.173.284,68	-11%	
Dívida Consolidada Líquida	-100.781.664,28	-84.940.661,01	-16%	-42.000.550,14	-51%	-43.761.305,58	4%	-44.252.825,15	1%	-44.007.065,37	-1%	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	
Receita Total	251.049.274,70	255.588.245,59	2%	261.833.653,90	2%	365.324.214,93	40%	294.828.531,97	-19%	283.217.092,06	-4%	
Receitas Primárias (I)	229.947.634,97	234.105.088,21	2%	249.343.186,93	7%	323.744.974,21	30%	267.658.513,15	-17%	257.117.170,08	-4%	
Despesa Total	251.049.274,70	255.588.245,59	2%	261.833.653,90	2%	365.324.214,93	40%	294.828.531,97	-19%	283.217.092,06	-4%	
Despesas Primárias (II)	250.069.163,78	254.590.414,26	2%	261.815.293,59	3%	341.515.350,41	30%	270.556.174,73	-21%	259.500.066,25	-4%	
Resultado Primário (III) = (I - II)	-20.121.528,81	-20.485.326,05	2%	-12.472.106,66	-39%	-17.770.376,21	42%	-2.897.661,58	-84%	-2.382.896,17	-18%	
Resultado Nominal	-690.025,66	4.298.087,26	-723%	-13.246.624,49	-408%	-14.701.995,35	11%	552.348,76	-104%	887.117,07	61%	
Dívida Pública Consolidada	6.506.901,13	12.968.406,87	99%	11.309.766,43	-13%	19.256.260,74	70%	16.883.494,24	-12%	14.040.411,94	-17%	
Dívida Consolidada Líquida	-96.368.009,45	-81.870.516,64	-15%	-40.580.241,68	-50%	-42.037.757,52	4%	-41.191.781,48	-2%	-38.203.576,96	-7%	

FONTE: Sistema TC Contabilidade Pública, Unidade Responsável Divisão de Contabilidade/SEMFIM, Data de emissão 06/mai/2022, hora de emissão 20h e 20m


CLÁUDIO ROBERTO AYRES DA COSTA
Prefeito



MARECHAL DEODORO - AL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2023

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

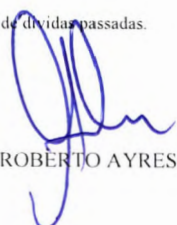
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio/Capital	240.561.945,63	70,46%	210.240.848,42	87,40%	221.401.184,55	105,31%
Reservas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Resultado Acumulado	100.848.084,14	29,54%	30.321.097,21	12,60%	(11.160.336,13)	-5,31%
TOTAL	341.410.029,77	100,00%	240.561.945,63	100,00%	210.240.848,42	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio	50.810.413,15	88,47%	58.573.605,02	115,28%	61.975.327,63	105,81%
Reservas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Lucros ou Prejuízos Acumulados	6.622.078,03	11,53%	(7.763.191,87)	-15,28%	(3.401.722,61)	-5,81%
TOTAL	57.432.491,18	100,00%	50.810.413,15	100,00%	58.573.605,02	100,00%

FONTE: Sistema TC Contabilidade Pública, Unidade Responsável Divisão de Contabilidade/SEMPIN, Data de emissão 04/mai/2022, hora de emissão 10h e 15m

1. A Evolução positiva do Patrimônio Líquido, desde 2019, ocorre devido a política de gestão positiva e por parte dos órgãos de controle e fiscalização.
2. O Valo do Patrimônio Líquido do RPPS se apresenta pela amortização de dívidas passadas.


CLÁUDIO ROBERTO AYRES DA COSTA


MARÇAL DEODORO - AL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2023

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2023				2024				2025			
	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (a / PIB)	% RCL (a / RCL)	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (b / PIB)	% RCL (b / RCL)	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (c / PIB)	% RCL (c / RCL)
	(a)		x 100	x 100	(b)		x 100	x 100	(c)		x 100	x 100
Receita Total	380.302.507,74	365.324.214,93	15,505%	143,52%	316.737.829,84	294.828.531,97	11,327%	114,90%	326.240.474,70	283.217.092,06	10,234%	114,90%
Receitas Primárias (I)	337.018.518,15	323.744.974,21	13,749%	1,27	287.548.752,58	267.658.513,15	10,283%	1,04	296.175.725,16	257.117.170,08	9,291%	1,04
Receitas Primárias Correntes	269.440.259,28	258.828.299,02	10,985%	1,02	280.278.476,82	260.891.134,81	10,023%	1,02	288.687.341,13	250.616.326,33	9,056%	1,02
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	47.357.605,98	45.492.416,89	1,931%	17,87%	48.873.049,38	45.492.416,90	1,748%	17,73%	50.339.240,87	43.700.688,67	1,579%	17,73%
Contribuições	18.622.730,46	17.889.270,37	0,759%	7,03%	19.218.657,84	17.889.270,38	0,687%	6,97%	19.795.217,56	17.184.697,76	0,621%	6,97%
Transferências Correntes	202.916.701,27	194.924.785,08	8,273%	76,58%	211.626.260,94	196.987.710,22	7,568%	76,77%	217.975.048,78	189.229.308,58	6,838%	76,77%
Demais Receitas Primárias Correntes	543.221,57	521.826,68	0,022%	0,21%	560.508,66	521.737,32	0,020%	0,20%	577.833,92	501.631,33	0,018%	0,20%
Receitas Primárias de Capital	67.578.258,87	64.916.675,19	2,755%	25,50%	7.270.275,76	6.767.378,34	0,260%	2,64%	7.488.384,04	6.500.843,74	0,235%	2,64%
Despesa Total	380.302.507,74	365.324.214,93	15,505%	143,52%	316.737.829,84	294.828.531,97	11,327%	114,90%	326.240.474,70	283.217.092,06	10,234%	114,90%
Despesas Primárias (II)	355.517.479,78	341.515.350,41	14,494%	1,34	290.661.745,19	270.556.174,73	10,395%	1,05	298.920.696,03	259.500.066,25	9,377%	1,05
Despesas Primárias Correntes	226.059.354,36	217.155.960,00	9,216%	0,85	233.291.253,74	217.155.960,04	8,343%	0,85	240.292.561,33	208.603.670,43	7,538%	0,85
Pessoal e Encargos Sociais	131.740.839,58	126.552.199,40	5,371%	49,72%	135.956.546,48	126.552.199,44	4,862%	49,32%	140.093.752,86	121.568.357,63	4,393%	49,32%
Outras Despesas Correntes	94.318.514,78	90.603.760,60	3,845%	35,64%	97.336.707,26	90.603.760,60	3,481%	35,31%	100.256.808,47	87.035.312,77	3,145%	35,31%
Despesas Primárias de Capital	123.385.737,41	118.526.164,66	5,039%	46,56%	51.599.722,84	48.030.481,69	1,845%	18,72%	53.147.714,52	46.138.791,24	1,667%	18,72%
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	6.072.388,01	5.833.225,75	0,248%	2,29%	5.768.768,61	5.369.733,01	0,206%	2,09%	5.480.330,18	4.757.604,58	0,172%	1,93%
Resultado Primário (III) = (I - II)	-18.498.961,63	-17.770.376,21	-0,754%	-0,07	-3.112.992,61	-2.897.661,58	-0,111%	-0,01	-2.744.880,87	-2.382.896,17	-0,086%	-0,01
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	4.000.457,52	3.842.898,67	0,000%	0,00%	4.128.472,18	3.842.898,69	0,000%	0,00%	4.252.326,32	3.691.545,31	0,000%	0,00%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	412.703,60	774.517,82	0,017%	0,16%	425.910,11	392.888,35	0,015%	0,15%	438.687,41	421.532,07	0,014%	0,15%
Resultado Nominal - (VI) = (III + (IV - V))	-14.911.207,71	-14.701.995,35	-0,771%	-0,07	589.569,46	552.348,76	-0,127%	-0,01	1.068.758,04	887.117,07	-0,100%	-0,01
Dívida Pública Consolidada	20.045.767,43	19.256.260,74	0,817%	7,57%	18.138.140,46	16.883.494,24	0,649%	6,58%	16.173.284,68	14.040.411,94	0,507%	5,70%
Dívida Consolidada Líquida	-43.761.305,58	-42.037.757,52	-1,784%	-16,52%	-44.252.825,15	-41.191.781,48	-1,583%	-16,05%	-44.007.065,37	-38.203.576,96	-1,381%	-15,50%
Receitas Primárias advindas de PPP (VII)	0,00	0,00	0,000%	0,00%	0,00	0,00	0,000%	0,00%	0,00	0,00	0,000%	0,00%
Despesas Primárias geradas por PPP (VIII)	0,00	0,00	0,000%	0,00%	0,00	0,00	0,000%	0,00%	0,00	0,00	0,000%	0,00%
Impacto do saldo das PPPs (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,000%	0,00	0,00	0,00	0,000%	0,00	0,00	0,00	0,000%	0,00

FONTE: Sistema TC Contabilidade Pública, Unidade Responsável Divisão de Contabilidade/SEMPIN, Data de emissão 06/mar/2022, hora de emissão 15h e 05m

Nota: O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA acumulado, estimado com base nos indicadores do Banco Central do Brasil; Produto Interno Bruto - PIB, estimado de acordo com projeção do IBGE para o Município.

VARIÁVEIS	2022	2023	2024
PIB real (crescimento % anual)	1,00	2,00	2,00
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo	9,25	7,50	7,00
Câmbio (R\$/US\$ - Final do ano)	5,04	5,00	5,02
Inflação média (% anual) projetada com base no índice oficial	4,10	5,20	5,00
Projeção do PIB do Município - R\$ milhares	2.452.842.151	2.796.240.052	3.187.713.659
Receita Corrente Líquida - RCL	264.976.430	275.671.805	283.942.469


CLAUDIO ROBERTO AYRES DA COSTA
 Prefeito



MARÇAL DEODORO - AI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

2023

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

RS 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PLANO PREVIDENCIÁRIO			
	2019	2020	2021
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
RECEITAS CORRENTES (I)	18.846.287,61	15.649.209,53	32.376.710,29
Recursos de Contribuições dos Segurados	6.977.900,79	6.839.577,59	7.675.690,89
Civil	6.977.900,79	6.839.577,59	7.675.690,89
Ativo	6.977.900,79	6.713.088,73	7.595.270,93
Inativo	-	126.488,86	80.419,96
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Recursos de Contribuições Patronais	8.762.117,37	7.685.120,50	23.327.120,14
Civil	8.762.117,37	7.685.120,50	23.327.120,14
Ativo	8.762.117,37	7.685.120,50	23.327.120,14
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Recursos Patrimoniais	3.098.251,40	1.124.511,44	1.373.899,26
Recursos Imobiliários			
Recursos de Valores Mobiliários	3.098.251,40	1.124.511,44	1.373.899,26
Outros Recursos Patrimoniais			
Recursos de Serviços			
Outros Recursos Correntes	8.018,05	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)¹			
Demais Recursos Correntes	8.018,05	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (III)	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outros Recursos de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	18.846.287,61	15.649.209,53	32.376.710,29
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
Benefícios - Civil	21.338.042,50	22.426.587,22	24.060.162,18
Aposentadorias	18.670.191,42	20.302.485,37	21.598.230,12
Pensões	1.982.027,76	2.124.101,85	2.440.260,28
Outros Benefícios Previdenciários	685.823,32	-	21.671,78
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias	14.445,57	-	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias	14.445,57	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)	21.352.488,07	22.426.587,22	24.060.162,18
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)²	- 2.506.200,46	- 6.777.377,69	8.316.548,11
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			
VALOR			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			
VALOR	1.210.041,57	1.254.450,10	1.266.994,60
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS			
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
BENS E DIREITOS DO RPPS			
Carva e Equivalentes de Carva	308.894,45	1.607.941,84	574.683,31
Investimentos e Aplicações	44.451.749,73	35.365.156,77	43.223.094,98
Outros Bens e Direitos	-	-	-
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS			
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS			
RECEITAS CORRENTES	990.118,82	911.306,45	1.749.067,14
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	990.118,82	911.306,45	1.749.067,14
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS			
DESPESAS CORRENTES (XIII)	986.218,82	911.306,45	1.283.546,95
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	3.900,00	-	11.696,88
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	990.118,82	911.306,45	1.295.243,83
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)	-	-	453.823,31

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PLANO PREVIDENCIÁRIO

EXERCÍCIO	Receitas	Despesas	Resultado	Saldo Financeiro
	Previdenciárias	Previdenciárias	Previdenciário	do Exercício
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2020	23 787 197,28	21 192 059,87	2 595 137,41	2 595 137,41
2021	23 333 367,97	21 507 131,27	1 826 236,70	1 826 236,70
2022	22 985 305,16	21 783 703,36	1 201 601,80	1 201 601,80
2023	31 682 822,25	22 045 604,03	9 637 218,22	9 637 218,22
2024	32 409 188,97	22 400 848,27	10 008 340,70	10 008 340,70
2025	33 694 176,45	22 712 524,19	10 981 652,26	10 981 652,26
2026	34 498 550,56	23 062 006,37	11 436 544,19	11 436 544,19
2027	44 237 392,59	23 564 335,94	20 673 056,65	20 673 056,65
2028	44 148 551,17	28 499 840,06	15 648 711,11	15 648 711,11
2029	41 570 382,55	41 487 499,90	82 882,65	82 882,65
2030	46 451 362,28	45 957 378,92	493 983,36	493 983,36
2031	54 765 989,37	49 432 667,51	5 333 321,86	5 333 321,86
2032	54 782 471,83	52 248 926,38	2 533 545,45	2 533 545,45
2033	54 559 315,38	54 889 404,55	330 089,17	330 089,17
2034	54 211 652,29	57 061 001,00	2 849 348,71	2 849 348,71
2035	60 643 867,69	59 111 857,47	1 532 010,22	1 532 010,22
2036	60 440 088,82	61 108 130,72	668 041,90	668 041,90
2037	60 281 969,52	62 542 160,60	2 260 191,08	2 260 191,08
2038	59 836 315,57	64 233 788,82	4 397 473,25	4 397 473,25
2039	69 187 542,61	64 520 900,75	4 666 641,86	4 666 641,86
2040	68 750 511,64	65 572 192,68	3 178 318,96	3 178 318,96
2041	68 956 354,79	66 002 219,26	2 954 135,53	2 954 135,53
2042	69 192 821,76	66 541 158,37	2 651 663,39	2 651 663,39
2043	80 016 505,75	66 631 385,57	13 385 120,18	13 385 120,18
2044	81 638 400,37	64 828 623,75	16 809 776,62	16 809 776,62
2045	81 337 709,94	62 817 356,55	18 520 353,39	18 520 353,39
2046	83 299 016,49	60 527 701,14	22 771 315,35	22 771 315,35
2047	96 469 509,72	58 027 873,09	38 441 636,63	38 441 636,63
2048	99 745 435,71	55 324 707,19	44 420 728,52	44 420 728,52
2049	103 390 919,73	52 428 841,98	50 962 077,75	50 962 077,75
2050	106 062 842,53	49 354 897,33	56 707 945,20	56 707 945,20
2051	121 850 290,04	46 087 256,66	75 763 033,38	75 763 033,38
2052	28 118 206,36	42 680 709,74	14 562 503,38	14 562 503,38
2053	27 264 843,66	39 162 434,39	11 897 590,73	11 897 590,73
2054	26 567 644,84	35 563 974,57	8 996 329,73	8 996 329,73
2055	26 040 459,92	31 921 255,82	5 880 795,90	5 880 795,90
2056	25 695 774,82	28 279 975,64	2 584 200,82	2 584 200,82
2057	25 544 340,65	24 679 678,78	864 661,87	864 661,87
2058	25 595 009,84	21 168 937,26	4 426 072,58	4 426 072,58
2059	25 851 755,85	17 799 938,53	8 051 817,32	8 051 817,32
2060	26 323 074,94	14 627 795,08	11 695 279,86	11 695 279,86
2061	27 008 418,34	11 714 453,87	15 293 964,47	15 293 964,47
2062	27 904 644,66	9 111 021,06	18 793 623,60	18 793 623,60
2063	29 005 880,54	6 867 921,69	22 137 958,85	22 137 958,85
2064	30 302 647,53	5 022 614,75	25 280 032,78	25 280 032,78
2065	31 784 057,45	3 587 083,51	28 196 973,94	28 196 973,94
2066	33 435 224,41	2 555 549,22	30 879 675,19	30 879 675,19
2067	35 244 702,91	1 894 154,71	33 350 548,20	33 350 548,20
2068	37 198 974,58	1 547 636,13	35 651 338,45	35 651 338,45
2069	39 288 002,09	1 421 064,53	37 866 937,56	37 866 937,56
2070	41 505 452,43	1 390 395,86	40 115 056,57	40 115 056,57
2071	43 855 536,43	1 379 241,92	42 476 294,51	42 476 294,51
2072	46 344 059,43	1 367 787,32	44 976 272,11	44 976 272,11
2073	48 979 151,57	1 355 584,93	47 623 566,64	47 623 566,64
2074	51 769 610,74	1 342 567,55	50 427 043,19	50 427 043,19
2075	54 723 177,91	1 328 657,58	53 394 520,33	53 394 520,33
2076	57 851 744,50	1 318 350,72	56 533 393,78	56 533 393,78
2077	61 164 389,99	1 307 375,10	59 857 014,89	59 857 014,89
2078	64 672 011,07	1 295 683,01	63 376 328,06	63 376 328,06
2079	68 385 863,89	1 283 210,57	67 102 653,32	67 102 653,32
2080	72 318 079,38	1 269 883,53	71 048 195,85	71 048 195,85
2081	76 481 503,65	1 260 008,65	75 221 495,00	75 221 495,00
2082	80 889 483,26	1 249 493,40	79 639 989,86	79 639 989,86
2083	85 556 386,67	1 238 292,19	84 318 094,48	84 318 094,48
2084	90 497 427,00	1 226 343,88	89 271 083,12	89 271 083,12
2085	95 728 712,47	1 213 578,78	94 515 133,69	94 515 133,69
2086	101 267 299,31	1 204 079,08	100 063 220,23	100 063 220,23
2087	107 131 004,01	1 195 112,02	105 935 891,99	105 935 891,99
2088	113 338 847,28	1 182 315,92	112 156 531,36	112 156 531,36
2089	119 911 220,02	1 174 346,34	118 736 873,68	118 736 873,68
2090	126 869 200,82	1 159 743,29	125 709 457,53	125 709 457,53
2091	134 235 775,03	1 153 462,52	133 082 312,51	133 082 312,51
2092	142 034 398,54	1 141 972,74	140 892 425,80	140 892 425,80
2093	150 290 694,69	1 134 941,97	149 155 752,72	149 155 752,72
2094	159 031 221,80	1 121 869,02	157 909 352,78	157 909 352,78

NOTA: Sistema CADPREV - Unidade Responsável FAPEX. Data de emissão 11 mar 2022. Hora de emissão 13h e 45m

NOTA 1 Como a Portaria MPS 746 2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devam permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.
 2 O resultado previdenciário poderá ser apresentada por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre)



MARECHAL DEODORO - AL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2023

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2023	2024	2025	
TOTAL						-

FONTE: Sistema TC Contabilidade Pública, Unidade Responsável Divisão de Contabilidade/SEMPIN, Data de emissão 10/mar/2022, hora de emissão 14h e 35m

Nota: Não houve estimativa de renúncia de receita para o exercício de referência nem posteriores.

Os efeitos da aplicação de Programas de recuperação fiscal são projetados na estimativa da receita da LOA, não havendo assim necessidade de figurar como renúncia.

CLÁUDIO ROBERTO AYRES DA COSTA
Prefeito



MARECHAL DEODORO - AL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2023

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2023
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	7.000.000,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	7.000.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	7.000.000,00

FONTE Sistema TC Contabilidade Pública, Unidade Responsável Divisão de Contabilidade/SEMPIN, Data de emissão 10/mai/2022, hora de emissão 14h e 40m

Nota: A redução permanente de despesa se dará, caso haja necessidade, pela indicação do Prefeito, sem prejuízo das obrigações constitucionais.

CLAUDIO ROBERTO AYRES DA CCSTA
Prefeito




MARECHAL DEODORO - AL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2023

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2021 (a)	2020 (b)	2019 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	353.945,33	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	353.945,33	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS	2021 (d)	2020 (e)	2019 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	353.945,33	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	353.945,33	0,00
Investimentos	0,00	353.945,33	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	2021 (g) = ((Ia - II d) + III h)	2020 (h) = ((Ib - II e) + III i)	2019 (i) = (Ic - II f)
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema TC Contabilidade Pública, Unidade Responsável Divisão de Contabilidade/SEMFIN. Data de emissão 10/mai/2022, hora de emissão 10h e 20m


CLÁUDIO ROBERTO AYRES DA COSTA
Prefeito



PREFEITURA DE
**MARECHAL
DEODORO**

A primeira capital de Alagoas

**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO**

PRIORIDADES E METAS

Programas, Ações e Produtos	Meta 2023
0022 - Saneamento Básico	
2014 - <i>Implantação de Resíduos Sólidos</i> Implantação Executada (percentual)	100
2022 - <i>Aquisição de Equipamentos e implementos Agrícolas</i> Equipamentos adquiridos (unidade)	5
0021 - Educação Ambiental	
1017 - <i>Recuperação de Áreas de Preservação Permanente</i> Áreas preservadas (percentual)	100
2020 - <i>Implementação do Programa de Arborização do Município</i> Programa Implementado (unidade)	1
0020 - Agricultura Familiar	
2023 - <i>Programa de Apoio à Agricultura Familiar</i> Programa mantido (unidade)	1
0005 - Sistema Integrado de Saúde	
2090 - <i>Enfrentamento da Emergência COVID - 19</i> Ação mantida (percentual)	100
5003 - <i>Construção e/ou Ampliação de Unidades de Saúde</i> Obras Executadas (percentual)	50
6009 - <i>Manutenção do Programa Saúde Bucal - PSB</i> Ação mantida (percentual)	100
6015 - <i>Manutenção das Ações do Núcleo Ampliado de Saúde da Família - NASF</i> Ação mantida (percentual)	100
6016 - <i>Programa de Financiamento das Ações de Alimentação e Nutrição - FAN</i> Programa mantido (unidade)	1

**Rua Tavares Bastos, 55 – Centro – Marechal Deodoro
CEP: 57.160-000 – CNPJ 12.200.275/0001-58**



PREFEITURA DE
**MARECHAL
DEODORO**

A primeira capital de Alagoas

ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO

Programas, Ações e Produtos	Meta 2023
5006 - <i>Construção e Equipamentos para Farmácia Básica</i> Projeto Executado (percentual)	100
5007 - <i>Construção e Equipamentos de Unidade de Pronto Atendimento - UPA</i> Projeto Executado (percentual)	100
6026 - <i>Manutenção das Ações do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS</i> Ação mantida (percentual)	100
6031 - <i>Manutenção das Ações da Farmácia Básica</i> Ação mantida (percentual)	100
6033 - <i>Manutenção das Ações de Vigilância Sanitária</i> Ação mantida (percentual)	100
0006 - Marechal Cidade Saudável	
2100 - <i>Manutenção, Revitalização e/ou reforma das Unidades Básicas de Saúde</i> Ação mantida (percentual)	100
6021 - <i>Manutenção das Ações de Atenção Básica</i> Ação mantida (percentual)	100
6041 - <i>Manutenção das Ações do SAMU</i> Ação mantida (percentual)	100
6027 - <i>Manutenção do Programa Melhor em Casa</i> Programa mantido (percentual)	100
6029 - <i>Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade - MAC</i> Ação mantida (percentual)	100
6039 - <i>Manutenção das Ações da Unidade de Pronto Atendimento</i> Ação mantida (percentual)	100
6040 - <i>Manutenção das Ações do Hospital 24 Horas</i> Ação mantida (percentual)	100
0023 - Vigilância em Saúde	
6036 - <i>Manutenção das Ações de Vigilância em Saúde - VIGISUS</i> Ação mantida (percentual)	100

Rua Tavares Bastos, 55 – Centro – Marechal Deodoro
CEP: 57.160-000 – CNPJ 12.200.275/0001-58



PREFEITURA DE
**MARECHAL
DEODORO**

A primeira capital de Alagoas

ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO

Programas, Ações e Produtos	Meta 2023
0000 - Operações Especiais	
0001 - <i>Amortização da Dívida Fundada</i>	
Ação mantida (percentual)	100
0003 - Melhoria da Qualidade de Ensino	
2095 - <i>Manutenção, Reforma e Reaparelhamento de Unidades Escolares e Desportivas</i>	
Ação mantida (percentual)	100
4004 - <i>Manutenção do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE – Fundamental</i>	
Alunos atendidos (unidade)	10000
3003 - <i>Construção e/ou Ampliação de Quadras Poliesportivas</i>	
Obras iniciadas (unidade)	1
4006 - <i>Programa do Transporte Escolar do Ensino Fundamental</i>	
Ação mantida (percentual)	100
3004 - <i>Construção e/ou Ampliação de Creches</i>	
Obras iniciadas (unidade)	2
4014 - <i>Apoio à Educação de Jovens e Adultos – EJA</i>	
Ação mantida (percentual)	100
3005 - <i>Construção e/ou Ampliação de Unidades Escolares - 15%</i>	
Obras mantida (percentual)	100
4017 - <i>Pagamento aos Profissionais do Ensino Fundamental</i>	
Ação mantida (percentual)	100
4022 - <i>Pagamento aos Profissionais do Ensino Infantil</i>	
Ação mantida (percentual)	100
4027 - <i>Pagamento aos Profissionais do Ensino Especial</i>	
Ação mantida (percentual)	100
0017 - Vida Saudável	
1043 - <i>Criação e/ou Ampliação de Espaços para Prática Esportiva</i>	
Projeto executado (percentual)	100
2067 - <i>Incentivo ao Esporte Amador</i>	
Incentivo mantido (percentual)	100
2054 - <i>Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública</i>	

Rua Tavares Bastos, 55 – Centro – Marechal Deodoro
CEP: 57.160-000 – CNPJ 12.200.275/0001-58



PREFEITURA DE
**MARECHAL
DEODORO**

A primeira capital de Alagoas

**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO**

Programas, Ações e Produtos	Meta 2023
0004 - Fortalecimento da Gestão Escolar	
4020 - Programa de Valorização dos Professores do Ensino Fundamental Programa mantido (percentual)	100
4024 - Valorização dos Professores da Educação Infantil Ação mantida (percentual)	100
0011 - Melhoria de Infraestrutura Urbana	
4024 - Construção de Rampas para Acessibilidade de Portadores de Deficiência Acesso criado (unidade)	50
1005 - Ampliação de Rede de Drenagem Rede ampliada (km)	10
1006 - Urbanização da Orla da Praia do Francês Obras executadas (percentual)	100
1010 - Construção de Pontes, Passarelas e Passagens Obras executadas (percentual)	100
1012 - Revitalização da Orla de Massagueira Obras executadas (percentual)	100
1013 - Ampliação da Rede de Saneamento Básico Rede ampliada (km)	10
1048 - Pavimentação e Drenagem - Programa Pró Estrada Pavimentação realizada (km)	10
1059 - Revitalização do Centro Histórico de Marechal Deodoro Obras realizadas (percentual)	100
2097 - Manutenção, Reforma, Recuperação e Repavimentação da Infraestrutura Viária Obras realizadas (percentual)	100
0016 - Redução da Pobreza e da Desigualdade	
2103 - Programa Alimenta Marechal Famílias atendidas (unidade)	3000
8008 - Manutenção das Ações de Proteção Social Especial Ação mantida (percentual)	100

**Rua Tavares Bastos, 55 – Centro – Marechal Deodoro
CEP: 57.160-000 – CNPJ 12.200.275/0001-58**



PREFEITURA DE
**MARECHAL
DEODORO**

A primeira capital de Alagoas

**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO**

Programas, Ações e Produtos	Meta 2023
2093 - <i>Ações de Acolhimento para Enfrentamento do COVID-19</i> Ação mantida (percentual)	100
8009 - <i>Gestão dos Benefícios Eventuais e Socioassistenciais</i> Famílias atendidas (unidade)	3000
8011 - <i>Manutenção das Ações de Proteção Social Básica</i> Ação mantida (percentual)	100
8013 - <i>Manutenção das Ações do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único – IGDBF</i> Ação mantida (percentual)	100
0007 - Seguridade Social Responsável	
2035 - <i>Manutenção do Pagamento à Aposentados e Pensionistas</i> Inativos assistidos (unidade)	833
0013 - Valorização da Cultura	
1033 - <i>Restauração e Preservação de Bens Tombados</i> Obras executadas (percentual)	100
1046 - <i>Requalificação do Largo do Taperaçu</i> Obras executadas (percentual)	75
1058 - <i>Construção, Ampliação e Restauração de Igrejas</i> Obras executadas (percentual)	80
2041 - <i>Realização e Apoio a Eventos Culturais e Religiosos</i> Apoio mantido (percentual)	100
0012 - Atração de Investimentos	
1042 - <i>Implantação do Polo Multisetorial</i> Polo implantado (unidade)	1
2104 - <i>Capacitação Técnico-Profissional dos Municípios</i> Cursos mantidos (percentual)	100
1037 - <i>Construção e/ou Ampliação de Infraestrutura Turística</i> Obras executadas (percentual)	80
0014 - Modernização e Estruturação da Gestão	
2004 - <i>Imple. e Criação de Novas Ferramentas do Portal da Transparência para Atend. ao Cidadão</i> Modernização realizada (indefinido)	N

**Rua Tavares Bastos, 55 – Centro – Marechal Deodoro
CEP: 57.160-000 – CNPJ 12.200.275/0001-58**



PREFEITURA DE
**MARECHAL
DEODORO**

A primeira capital de Alagoas

**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO**

Programas, Ações e Produtos	Meta 2023
0007 - Marechal Mais Seguro	
2011 - <i>Reaparelhamento da Guarda Municipal</i>	
Aparelhos adquiridos (unidade)	50
2084 - <i>Programa Ronda no Bairro</i>	
Ação mantida (percentual)	100
2089 - <i>Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Iluminação Pública – FUMIP</i>	
Fundo mantido (unidade)	1
0011 - Melhoria da Infraestrutura Urbana	
1039 - <i>Ampliação do Sistema de Iluminação Pública</i>	
Obras executadas (percentual)	100

Obras Públicas | Lei de Acesso a Informação | Prefeitura Municipal de Marechal Deodoro

#	Divisão	Status	Responsável	Objeto	Beneficiário	CPF/CNPJ	Valor	Valor pago
49	Obras Públicas	CONCLUÍDA	CHRYSYTHIAN ALMEIDA	RESTAURAÇÃO E ADAPTAÇÃO DA IGREJA DO ROSARIO DOS HOMENS PRETOS	A QUATRO ARQUITETURA E CONSTRUÇÕES LTDA	35.631.449/0001-32	R\$ 1.496.203,46	R\$ 1.496.203,46
48	Obras Públicas	EM ANDAMENTO	LETICIA MONTEIRO	PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE RUAS	ENGEMAT - ENGENHARIA DE MATERIAIS LTDA	41157967/0001-69	R\$ 2.328.357,35	R\$ 792.975,14
47	Obras Públicas	PRAZO DE EXECUÇÃO EXPIRADO / SEM EXECUCAO	CHRYSYTHIAN ALMEIDA	URBANIZAÇÃO DA ORLA DO FRANCÉS - PAISAGISMO	TEC CONSTRUÇÕES LTDA - EPP	07.185.771/0001-40	R\$ 324.230,74	R\$ 0,00
46	Obras Públicas	CONCLUÍDA	SHEILA PAIXÃO	REFORMA DA PRAÇA PADRE CICERO	CONSTRUTORA MESQUITA E SALVADOR LTDA	30.595.989/0001-94	R\$ 300.572,14	R\$ 300.572,14
45	Obras Públicas	EM ANDAMENTO	CHRYSYTHIAN ALMEIDA	PAVIMENTAÇÃO EM DIVERSAS RUAS NO MUNICIPIO DE MARECHAL DEODORO/AL	AM3 ENGENHARIA LTDA - ME	16.628.118/0001-07	R\$ 3.618.722,41	R\$ 2.073.142,29
44	Obras Públicas	DISTRATADA	SHEILA PAIXÃO	PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DO ACESSO AO POVOADO RIACHO VELHO (LOTE II)	AM3 ENGENHARIA LTDA - ME	16.628.118/0001-07	R\$ 2.370.026,35	R\$ 0,00
43	Obras Públicas	CONCLUÍDA	SHEILA PAIXÃO	PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DO ACESSO AO POVOADO MASSAGUEIRA (LOTE I) MARINITA	ENGEMAT - ENGENHARIA DE MATERIAIS LTDA	41.157.967/0001-69	R\$ 1.812.343,75	R\$ 1.623.551,51
42	Obras Públicas	CONCLUÍDA	VITOR CAVALCANTE	CONSTRUÇÃO DA CRECHE NEI - MASSAGUEIRA	CONSTRUTORA MESQUITA E SALVADOR LTDA	30.595.989/0001-94	R\$ 1.970.032,82	R\$ 1.928.530,57
41	Obras Públicas	CONCLUÍDA PARCIALMENTE	SHEILA PAIXÃO	CONSTRUÇÃO DE DUAS PRACAS DE CONVIVÊNCIA NESTE MUNICIPIO - LOT. ELDORADO (POV. PEDRAS) E RUA MARINITA DE GOUVEIA (POV MASSAGUEIRA)	CRITÉRIO ENGENHARIA EIRELI	05.786.268/0001-14	R\$ 477.071,44	R\$ 376.470,48
40	Obras Públicas	PARALISADA	LETICIA MONTEIRO	PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE DIVERSAS RUAS DO POVOADO BARPA NOVA (RUA DOS CORNOS E RUA PROJETADA)	ENGEMAT - ENGENHARIA DE MATERIAIS LTDA	41.157.967/0001-69	R\$ 442.956,72	R\$ 0,00
39	Obras Públicas	CONCLUÍDA	CHRYSYTHIAN ALMEIDA	PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DA RUA GOV. DIVALDO SURUAGY	AM3 ENGENHARIA LTDA - ME	16.628.118/0001-07	R\$ 870.671,25	R\$ 746.882,72
38	Obras Públicas	CONCLUÍDA	SHEILA PAIXÃO	CONSTRUÇÃO UBS PORTE 1 - TLQUANDUBA	FCM ENGENHARIA E INFORMÁTICA LTDA - ME	00.276.467/0001-69	R\$ 907.469,69	R\$ 860.386,98

#	Divisão	Status	Responsável	Objeto	Beneficiário	CPF/CNPJ	Valor	Valor pago
17	Obras Públicas	DISTRATADA	VITOR CAVALCANTE	CONSTRUÇÃO DE ESCOLA 6 SALAS - CONJUNTO GISLENE MATHEUS	CRITERIO ENGENHARIA EIRELI	05.786.268/0001-14	R\$ 3.803.197,06	R\$ 3.705.706,60
36	Obras Públicas	CONCLUÍDA	VITOR CAVALCANTE	DEMOLIÇÃO E CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ALTINA RIBEIRO	RGA ENGENHARIA EIRELI	04.068.582/0001-07	R\$ 3.395.947,81	R\$ 3.218.621,27
35	Obras Públicas	PARALISADA	LETICIA MONTEIRO	URBANIZAÇÃO DA ORLA DA PRAIA DO FRANCIS - 2ª ETAPA	AM3 ENGENHARIA LTDA - ME	16.628.118/0001-07	R\$ 1.520.160,96	R\$ 1.064.534,79
34	Obras Públicas	EM ANDAMENTO	CHRYSYTHIAN ALMEIDA	4ª ETAPA - ORLA DO CENTRO HISTORICO	CONY ENGENHARIA LTDA	41.167.347/0001-00	R\$ 1.906.750,15	R\$ 1.723.660,31
33	Obras Públicas	FINALIZADO (SEM SALDO CONTRATUAL)	SHEYLA PAIXÃO	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DRAGAGEM DE MANUTENÇÃO (DESASSOREAMENTO) E LIMPEZA NOS RIOS ESTIVA E SUMAUMA, BRAÇO DO RIACHO TRES CABEÇAS E ENGORDA DA PRAIA FLUVIAL LAGUNAR.	ALIANCA MINERAÇÃO LTDA	29.259.187/0001-24	R\$ 398.000,00	R\$ 0,00
32	Obras Públicas	EM ANDAMENTO	LETICIA MONTEIRO	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL	KOD ENGENHARIA LTDA - EPP	22.866.960/0001-71	R\$ 3.300.000,00	R\$ 0,00
31	Obras Públicas	CONCLUÍDA	CHRYSYTHIAN ALMEIDA	OBRAS E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE PROTEÇÃO DE ENCOSTAS	VIA ENCOSTAS ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA	13.596.559/0001-78	R\$ 1.513.253,41	R\$ 1.112.588,17
30	Obras Públicas	PRAZO DE EXECUÇÃO EXPIRADO / NÃO CONCLUÍDA	CHRYSYTHIAN ALMEIDA	OBRAS E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DA COZINHA DO DRIVE DA COCADA	KOD ENGENHARIA LTDA - EPP	22.866.960/0001-71	R\$ 459.380,66	R\$ 142.094,86
29	Obras Públicas	CONCLUÍDA	CHRYSYTHIAN ALMEIDA	OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA NA CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIACHO ESTIVA	L PEREIRA & CIA LTDA	12.316.402/0001-89	R\$ 881.998,75	R\$ 860.850,32
28	Obras Públicas	CONCLUÍDA	CHRYSYTHIAN ALMEIDA	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE OBRA PARA REFORMA E REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DE NOSSO SENHOR DO BONFIM - TAPERAGUÁ	A QUATRO ARQUITETURA E CONSTRUÇÕES LTDA	35.631.449/0001-32	R\$ 7.302.913,74	R\$ 6.072.157,59
27	Obras Públicas	CONCLUÍDA	CHRYSYTHIAN ALMEIDA	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ÔNIBUS, MOTO-TAXI E EQUIPAMENTOS DE GINÁSTICA	L & J CONSTRUÇÕES LTDA	21.186.434/0001-06	R\$ 400.100,00	R\$ 54.150,00
26	Obras Públicas	PRAZO DE EXECUÇÃO EXPIRADO / NÃO CONCLUÍDA	SHEYLA PAIXÃO	OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E MAQUINÁRIO PARA PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPIPEDO EM DIVERSAS RUAS	CONSTRUTORA SILCON LTDA - EPP	07.073.284/0001-95	R\$ 3.510.267,34	R\$ 315.436,59

#	Divisão	Status	Responsável	Objeto	Beneficiário	CPF/CNPJ	Valor	Valor pago
25	Obras Públicas	CONCLUÍDA	CHRYSYTHIAN ALMEIDA	OBRAS E SERVIÇOS DE ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - CREAS	PROENGE CONSTRUÇÕES LTDA - EPP	02.072.980/0001-63	R\$ 453.985,12	R\$ 415.371,00
24	Obras Públicas	EM ANDAMENTO	CHRYSYTHIAN ALMEIDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONSISTENTES NA RECEPÇÃO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, CLASSE II-A, EM CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS	ALAGOAS AMBIENTAL S/A	16.982.376/0001-89	R\$ 1.529.950,00	R\$ 1.500.479,14
23	Obras Públicas	DISTRATADA	VITOR CAVALCANTE	SERVIÇOS DE ENGENHARIA NA CONSTRUÇÃO DE CRECHE PROINFÂNCIA TIPO 01	R. R. CONSTRUTORA EIRELI	24.533.891/0001-00	R\$ 2.200.867,89	R\$ 1.181.747,59
22	Obras Públicas	EM ANDAMENTO	CHRYSYTHIAN ALMEIDA	SERVIÇOS DE ENGENHARIA NA IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES NAS COMUNIDADES RURAIS	CONSTRUTORA NOVO HORIZONTE EIRELI	18.286.438/0001-43	R\$ 499.549,24	R\$ 246.593,26
21	Obras Públicas	PRAZO DE EXECUÇÃO EXPIRADO / NÃO CONCLUÍDA	LETICIA MONTEIRO	SERVIÇOS DE ENGENHARIA NA PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM EM DIVERSAS RUAS	CONSTRUTORA SILCON LTDA - EPP	07.073.284/0001-95	R\$ 603.597,97	R\$ 360.107,75
20	Obras Públicas	PRAZO DE EXECUÇÃO EXPIRADO / NÃO CONCLUÍDA	LETICIA MONTEIRO	SERVIÇOS DE ENGENHARIA NA PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM EM DIVERSAS RUAS	CONSTRUTORA SILCON LTDA - EPP	07.073.284/0001-95	R\$ 434.691,58	R\$ 320.847,90
19	Obras Públicas	PRAZO DE EXECUÇÃO EXPIRADO / NÃO CONCLUÍDA	LETICIA MONTEIRO	SERVIÇOS DE ENGENHARIA NA PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM EM DIVERSAS RUAS	CONSTRUTORA SILCON LTDA - EPP	07.073.284/0001-95	R\$ 204.907,10	R\$ 138.832,71
18	Obras Públicas	CONCLUÍDA	CHRYSYTHIAN ALMEIDA	SERVIÇOS DE ENGENHARIA NA CONSTRUÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS	CONSTRUTORA MESQUITA E SALVADOR LTDA	30.595.989/0001-94	R\$ 461.292,05	R\$ 461.292,05
17	Obras Públicas	CONCLUÍDA	CHRYSYTHIAN ALMEIDA	SERVIÇOS DE ENGENHARIA NA URBANIZAÇÃO DA ORLA LACUSTRE DA MASSAGUEIRA	DACAL ENGENHARIA LTDA	06.935.875/0001-61	R\$ 1.571.282,04	R\$ 1.562.392,34
16	Obras Públicas	CONCLUÍDA	CHRYSYTHIAN ALMEIDA	LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS, CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS PARA EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO PERÍMETRO RURAL E VIAS NÃO PAVIMENTADAS	AMB ENGENHARIA LTDA - ME	16.628.118/0001-07	R\$ 208.145,00	R\$ 207.575,00

#	Divisão	Status	Responsável	Objeto	Beneficiário	CPF/CNPJ	Valor	Valor pago
15	Obras Públicas	EM ANDAMENTO	CHRYSZHIAN ALMEIDA	SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO	ENGEMAT - ENGENHARIA DE MATERIAIS LTDA	41.157.967/0001-69	R\$ 8.422.561,86	R\$ 5.746.385,66
14	Obras Públicas	CONCLUÍDA	CHRYSZHIAN ALMEIDA	SERVIÇOS DE ENGENHARIA NA CONSTRUÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS COMUNITARIOS E URBANOS NA PRAIA DO FRANCÉS	TEC CONSTRUÇÕES LTDA - EPP	07.185.771/0001-40	R\$ 2.106.945,96	R\$ 1.403.664,79
13	Obras Públicas	CONCLUÍDA	CHRYSZHIAN ALMEIDA	CONSULTORIA DE ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE CONVÊNIO DE REPASSE DE RECURSOS PARA OBRAS, ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA, E GERENCIAMENTO DE CONTRATOS DE OBRAS	MACROGESTÃO CONSULTORIA E PROJETOS LTDA - EPP	14.313.250/0001-96	R\$ 2.774.715,38	R\$ 2.175.330,27
12	Obras Públicas	CONCLUÍDA PARCIALMENTE	CHRYSZHIAN ALMEIDA	CONSTRUÇÃO DE DUAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - UBS RECANTO DA ILHA E UBS GISELE MATHEUS	CP CONSTRUÇÕES LTDA - EPP	12.070.635/0001-44	R\$ 1.018.175,51	R\$ 721.724,71
11	Obras Públicas	CONCLUÍDA	CHRYSZHIAN ALMEIDA	SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA RETOMADA DA CONSTRUÇÃO DA QUADRA COBERTA COM VESTIÁRIO - ELEUZA GALVÃO E CONSTRUÇÃO DE QUADRA COBERTA COM VESTIÁRIO - JOVIANO RODAS	CONSTRUTORA SL EIRELI - EPP	18.286.438/0001-43	R\$ 1.137.214,56	R\$ 1.019.888,32
10	Obras Públicas	CONCLUÍDA	CHRYSZHIAN ALMEIDA	IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA ESPORTIVA NO MUNICÍPIO (PRAÇA DA JUVENTUDE)	CONSTRUTORA SL EIRELI - EPP	18.286.438/0001-43	R\$ 2.212.477,56	R\$ 2.111.330,67
9	Obras Públicas	DISTRATADA	VITOR CAVALCANTE	CONSTRUÇÃO DA ESCOLA JONAS	M3 ENGENHARIA LTDA - EPP	14.974.013/0001-76	R\$ 1.151.715,31	R\$ 657.146,00
8	Obras Públicas	CONCLUÍDA	CHRYSZHIAN ALMEIDA	SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE PAVIMENTAÇÃO DRENAGEM E ÁGUAS PLUVIAIS EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO - RUA DO SOL - CASA DA SOPA	VEGAS CONSTRUÇÃO CIVIL E LOCAÇÃO LTDA - EPP	08.418.714/0001-26	R\$ 987.243,14	R\$ 841.227,96

#	Divisão	Status	Responsável	Objeto	Beneficiário	CPF/CNPJ	Valor	Valor pago
7	Obras Públicas	DISTRATADA	VITOR CAVALCANTE	SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA ALTINA	MOTTA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP	04.735.888/0001-61	R\$ 3.194.961,10	R\$ 1.371.272,74
6	Obras Públicas	DISTRATADA	CHRYSYTHIAN ALMEIDA	SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE MELHORIAS HABITACIONAIS DO PROGRAMA	CONSTRUTORA TERRA NORDESTE LTDA - EPP	05.541.344/0001-21	R\$ 2.870.000,00	R\$ 467.312,79
5	Obras Públicas	EM ANDAMENTO	CHRYSYTHIAN ALMEIDA	SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE A DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS E COMPLEMENTARES DE LIMPEZA DO MUNICÍPIO DE MARECHAL DEODORO/A.	CIANO SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA	15.581.636/0001-41	R\$ 4.470.536,64	R\$ 2.915.762,69
4	Obras Públicas	CONCLUÍDA	CHRYSYTHIAN ALMEIDA	SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA URBANIZAÇÃO DA ORLA LACUSTRE DO SÍTIO HISTÓRICO DE MARECHAL DEODORO/A.	TEC CONSTRUÇÕES LTDA - EPP	07.185.771/0001-40	R\$ 3.456.777,19	R\$ 3.434.158,51
3	Obras Públicas	EM ANDAMENTO	CHRYSYTHIAN ALMEIDA	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM E DE PASSEIOS EM DIVERSAS RUAS NA CIDADE DE MARECHAL DEODORO/A.	CONSTRUTORA SILCON LTDA - EPP	07.073.284/0001-95	R\$ 4.400.000,00	R\$ 3.061.340,78
2	Obras Públicas	EM ANDAMENTO	LETÍCIA MONTEIRO	EXECUÇÃO DE OBRAS DE SERVIÇOS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE MARECHAL DEODORO/A.	MAKRI CONSTRUÇÕES LTDA	05.425.831/0001-29	R\$ 17.906.569,06	R\$ 0,00



PREFEITURA DE MARECHAL DEODORO
Secretaria Mun. de Planejamento, Gestão dos Recursos Humanos e do Patrimônio
Gabinete do Secretário

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico que a Lei Municipal nº 1.453, de 20 de julho de 2.022, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2.023, fora afixada integralmente no mural da Prefeitura Municipal de Marechal Deodoro/AL, situada na Rua Dr. Tavares Bastos, s/nº, Centro, Marechal Deodoro/AL, para fins de publicação, conforme determina o art. 37, da Constituição Federal.

Marechal Deodoro/AL, 20 de julho de 2022.

Arykoerne	Assinado de forma
Lima	digital por Arykoerne
Barbosa	Lima Barbosa
	Dados: 2022.07.20
	08:50:36 -03'00'

Arykoerne Lima Barbosa

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão de Rec. Humanos e do Patrimônio

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO

GABINETE DO PREFEITO
LEI N.º 1.453, DE 20 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração e execução do orçamento para o exercício financeiro de 2023 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARECHAL DEODORO, ESTADO DE ALAGOAS, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao dispositivo no art. 165, § 2º, da Constituição Federal e na Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) as diretrizes para elaboração dos Orçamentos para o exercício de 2023, compreendendo:

- I - As Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal;
- II - As Metas e Riscos Fiscais;
- III - A Estrutura e as Diretrizes dos Orçamentos;
- IV - As Diretrizes para Execução dos Orçamentos;
- V - As Diretrizes sobre Alterações na Legislação Tributária;
- VI - As Disposições Relativas às Despesas com Pessoal;
- VII - Do Não Atingimento das Metas Fiscais;
- VIII - Do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS;
- IX - As Disposições Relativas à Dívida Pública Municipal;
- X - A Transparência da Gestão Fiscal;
- XI - As Disposições Gerais;
- XII - Anexo I de Metas Fiscais;
- XIII - Anexo II de Riscos Fiscais.

Art. 2º - Entende-se por Diretrizes Orçamentárias as instruções e orientações para elaboração e execução dos orçamentos para o exercício financeiro de 2023.

Seção II

Dos Gastos Municipais

Art. 3º - Constituem gastos municipais aqueles destinados à aquisição de materiais, bens e serviços para cumprimento dos objetivos do Município, bem como os compromissos de natureza social e financeira.

Art. 4º - Os gastos municipais serão estimados por serviços mantidos pelo Município, considerando-se:

- I - Carga de trabalho estimada para o exercício financeiro;
- II - Fatores conjunturais que possam afetar os gastos;
- III - Recursos destinados ao pagamento e parcelamento da Dívida Fundada;
- IV - Recursos destinados ao pagamento de sentenças judiciais;

Seção III

Das Receitas do Município

Art. 5º - Constituem Receitas do Município aquelas provenientes:

- I - Dos tributos de sua competência;
- II - De atividades econômicas;
- III - De transferências constitucionais ou voluntárias;
- IV - Das alienações;
- V - Dos empréstimos e financiamentos autorizados por Lei, destinados à despesa de capital;

VI - Das contribuições sociais para o Regime Próprio de Previdência Social.

Art. 6º - Para fins de estimativa das receitas será considerado:

- I - Os fatores conjunturais que passam vir a influenciar a produtividade de cada fonte;
- II - A carga de trabalho estimada para o serviço, quando este for remunerado;
- III - Alterações na legislação tributária;
- IV - A variação do índice de preços;
- V - A arrecadação dos últimos 03 (três) exercícios encerrados (2019 a 2021) e a previsão de 2022.

Art. 7º - O Município fica obrigado a arrecadar todos os impostos de sua competência:

§1º - O Município despenderá esforços no sentido de diminuir o valor da dívida ativa;

§2º - O Município procurará modernizar a máquina fazendária no sentido de aumentar a arrecadação;

§3º - A Lei que conceda ou amplie incentivos ou benefícios de natureza tributária só poderá ser aprovada ou editada se cumpridas as exigências do Art. 14 da Lei Complementar n.º 101/2000.

§4º - Qualquer alteração na Legislação Tributária para o exercício financeiro de 2023 deverá ser encaminhada ao Poder Legislativo e por ele aprovada antes da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária, a fim de que possa as mesmas ser incluídas na previsão da receita.

CAPÍTULO II DAS METAS E DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 8º - A Administração Pública Municipal elegeu como Prioridades e Metas para o exercício de 2023 as Ações do Plano Plurianual para o período de 2022-2025, que integrarão os anexos desta Lei.

§1º - As Prioridades e Metas de que trata este artigo terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual de 2023 e na sua execução, não se constituindo em limite à programação da despesa, respeitando o atendimento das despesas que constituem obrigações constitucionais.

§2º Poderá ser procedida a adequação das Prioridades e Metas de que trata o caput deste artigo, se durante o período de apreciação da proposta orçamentária para 2023, surgirem novas demandas e/ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, ou em decorrência de créditos adicionais ocorridos.

Art. 9º - As ações constantes no Anexo de que trata o artigo anterior possuem caráter indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o planejamento, sendo automaticamente atualizados pela Lei Orçamentária e respectivos créditos adicionais, com atualização automática nos valores previstos no Plano Plurianual.

§1º - Quando da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para 2023, ambos os Poderes deverão verificar os programas que forem contemplados no PPA (2022-2025), e as ações prioritárias nele contempladas para 2023 deverão estar em consonância com as prioridades e metas previstas na presente Lei.

§2º - Quando da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2023, o Poder Executivo e Poder Legislativo deverão obedecer aos atos normativos que estiverem vigentes.

Art. 10 - A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA para o exercício de 2023, bem como a execução da respectiva Lei, deverão ser compatíveis com a obtenção das metas constantes dos anexos desta Lei.

CAPÍTULO III DAS METAS E RISCOS FISCAIS

Art. 11 - Integram esta Lei os Anexos referenciados nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo único - A elaboração do Projeto de Lei e a execução da Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2023 deverão levar em conta as metas de resultado primário e nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Art. 12 - Estão discriminados, em Anexo integrante desta Lei, os Riscos Fiscais, nos quais são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.

CAPÍTULO IV **DA ESTRUTURA E DAS DIRETRIZES DOS ORÇAMENTOS**

Seção I **Da Organização dos Orçamentos**

Art. 13 - A Lei Orçamentária compor-se-á de:

- I - Orçamento Fiscal;
- II - Orçamento da Seguridade Social;

§1º - O Orçamento Fiscal tratará da política fiscal e abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

§2º - O Orçamento da Seguridade Social abrangerá as áreas de Saúde e Assistência Social.

Art. 14 - A estrutura do Projeto de Lei do Orçamento Anual deverá identificar a receita por origem e esfera orçamentária e a despesa por função, subfunção, programa de governo, ação orçamentária, fonte de recursos e esfera orçamentária.

§1º - Os Programas, para atingir os seus objetivos, se desdobram em ações orçamentárias.

§2º - As ações, agrupadas por unidade orçamentária, compreendem atividades, projetos e operações especiais.

§3º - As ações orçamentárias dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, citadas no §1º deste artigo, de acordo com a finalidade do gasto, serão classificadas como:

- I - Atividades de pessoal e encargos sociais;
- II - Atividades de manutenção administrativa;
- III - Outras atividades de caráter obrigatório;
- IV - Atividades finalísticas; e
- V - Projetos.

§4º - Os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade e operação especial são os previstos na Portaria n.º 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com suas posteriores alterações.

Art. 15 - A Lei Orçamentária discriminará em unidades orçamentárias específicas as dotações destinadas:

- I - A Fundos Especiais;
- II - Às ações de Saúde e Assistência Social;
- III - Ao Regime Próprio de Previdência Social;
- IV - À manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Art. 16 - O Município não gastará menos que 25% (vinte e cinco por cento) no Desenvolvimento do Ensino, nem menos que 15% (quinze por cento) nas ações de saúde, em relação às receitas resultantes de imposto e transferências constitucionais, conforme determina o artigo 212 da Constituição Federal e Lei Complementar 141, respectivamente, devendo a Lei Orçamentária para 2023 já fixar tais valores mínimos.

Art. 17 - A Lei do Orçamento Anual poderá conter autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito em conformidade com os limites e condições fixados pelo Senado Federal e nos termos da Lei Complementar Federal n.º 101, de 2000.

Art. 18 - Não poderão ser fixadas despesas, a qualquer título, sem prévia definição das respectivas fontes de recursos.

Art. 19 - Constará da Lei Orçamentária recurso para pagamento de sentenças judiciais, consoante determina o Art. 100 da Constituição Federal.

Art. 20 - Fica autorizado o Poder Executivo a criar fontes de recurso, elementos, e ou subelementos de despesas dentro das ações pré-existentes visando a segregação das naturezas de despesas para controle de custos e para a correta classificação destas.

Parágrafo Único - Quando a criação for de subelementos, este poderá ser dotado com parte dos créditos orçamentários de sua respectiva conta sintética sem onerar o limite de créditos adicionais.

Art. 21 - O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo será constituído de:

- I - Texto da Lei;
- II - Quadros Orçamentários Consolidados;
- III - Anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a Receita e Despesa na forma definida nesta Lei;
- V - Discriminação na Legislação da Receita e da Despesa, referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
- VI - Demonstrativo da renúncia da Receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Art. 22 - Para efeito do disposto neste capítulo, O Poder Legislativo do Município e as entidades da Administração Pública Indireta encaminharão, ao Poder Executivo, até 31 de julho de 2022, sua respectiva proposta orçamentária, para, se compatível com as determinações previstas na Constituição ou em lei infraconstitucional, serem incluídas no Projeto de Lei Orçamentária, observadas também as disposições desta Lei.

Art. 23 - A execução orçamentária dos Poderes poderá ser realizada através de descentralização de créditos orçamentários entre unidades gestoras, quando for efetuada movimentação de parte do orçamento, mantidas as classificações institucional, funcional, programática e econômica, para que outras unidades administrativas possam executar a despesa orçamentária, sendo:

- I - Descentralização interna de crédito ou provisão, envolvendo a transferência de créditos entre unidades gestoras de um mesmo órgão ou entidade; e
- II - Descentralização externa de crédito ou destaque, envolvendo a transferência de créditos entre unidades gestoras de órgãos ou entidades de estruturas administrativas diferentes, de um órgão para outro e dependerá, quando necessário, de celebração de convênio ou instrumento congêneres.

§ 1º As descentralizações de créditos orçamentários não se confundem com remanejamentos, transferências e transposições, pois, não:

- I - Modificam o valor da programação ou de suas dotações orçamentárias;
- II - Alteram a unidade orçamentária (classificação institucional) detentora do crédito orçamentário aprovado na lei orçamentária ou em créditos adicionais.

Seção II

Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Art. 24 - A Lei Orçamentária conterá reserva de contingência constituída de dotação global e corresponderá, na Lei Orçamentária, a 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista para o município e se destinará a atender a passivos contingentes e eventos fiscais imprevistos.

Art. 25 - A compensação de que trata o Art. 17, §2º da Lei Complementar n.º 101, de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, no âmbito dos Poderes

Executivo, Legislativo e Administrações Indiretas, poderá ser realizada a partir do aproveitamento de respectiva margem de expansão.

Parágrafo Único - Na hipótese de ocorrer as circunstâncias estabelecidas no caput do Art.9, ou no inciso II, § 1º, do Art. 31, todos da Lei Complementar n.º 101/2000, os Poderes Executivo e Legislativo deverão proceder a respectiva limitação de empenho, no montante e prazo previstos nos respectivos artigos.

Art. 26 - O Poder Executivo poderá, durante o exercício de 2023, ajustar as fontes de recursos sem alterar a programação constante da Lei Orçamentária Anual para manter o equilíbrio na execução desta Lei.

Seção III

Dos Recursos Correspondentes às Dotações Orçamentárias e dos Créditos

Adicionais Destinados ao Poder Legislativo

Art. 27 - O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2023, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual de 7% (sete por cento) sobre o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal de 1988, efetivamente realizado no exercício anterior, acrescido dos valores devidos aos inativos e pensionistas.

§ 1º Após finalização da arrecadação do exercício de 2022, comprovada pela emissão do Balanço Geral, havendo diferença do resultado da aplicação do percentual, conforme *caput* deste artigo, em confronto com os créditos autorizados para o Legislativo na LOA 2023, a diferença positiva deverá ser anulada no Executivo e suplementada no Legislativo. Sendo negativa a diferença, deverá ser anulada no Legislativo e suplementada no Executivo.

§ 2º As dotações que porventura vierem a ser suplementadas e anuladas em obediência ao *caput* deste artigo, ficam a critério do respectivo Poder.

§ 3º Do período entre janeiro de 2023 até a publicação do Balanço geral do exercício de 2022, o duodécimo da Câmara de Vereadores corresponderá a 1/12 (um doze avos) do total de créditos autorizados para o Poder Legislativo na LOA 2023 com respeito as disposições do Inciso III, parágrafo 2º do Art. 29A da Constituição Federal de 1988.

Art. 28 - O repasse financeiro relativo aos créditos orçamentários e adicionais será feito diretamente em conta bancária indicada pelo Poder Legislativo.

Parágrafo Único - Ao final do exercício financeiro, o superávit financeiro dos recursos do Legislativo será devolvido ao Poder Executivo.

Art. 29 - A execução orçamentária do Legislativo será independente, mas integrada ao Executivo para fins de consolidação contábil.

§ 1º O Poder Legislativo, em observância ao *caput*, deve tomar as medidas necessárias para atendimento do artigo 18 do Decreto Federal nº 10.540 de 5 de novembro de 2020.

Seção IV

Da Disposição Sobre Novos Projetos

Art. 30 - Além da observância das prioridades e metas de que trata esta Lei, a Lei Orçamentária e seus créditos adicionais, somente incluirão projetos novos após:

- I - Tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;
- II - Estiverem assegurados os recursos de manutenção do patrimônio público.

§ 1º - Não constitui infração a este artigo o início de novo projeto, mesmo possuindo outros projetos em andamento, caso haja suficiente

previsão de recursos orçamentários, e que seja custeado por outra esfera de Governo.

§ 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a destinar recursos na Lei Orçamentária de 2023 prioritariamente para conclusão de obras de reparo, compras de equipamentos ou de construção de unidades públicas de saúde, com o objetivo de destiná-los ao atendimento de pacientes infectados pela Covid-19.

Seção V

Da Transferência de Recursos Para as Entidades da Administração Indireta

Art. 31 - O Município poderá efetuar transferências financeiras intragovernamentais autorizadas em Lei específica, conforme preconiza a Constituição da República, Art. 167, a entidades da administração indireta até os limites necessários à manutenção das entidades ou investimentos previstos e que não haja suficiente disponibilidade financeira.

Seção VI

Das Transferências de Recursos Para o Setor Privado

Art. 32 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais ou auxílios, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I - Sejam atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura ou desporto, e estejam registradas nas Secretarias Municipais correspondentes;

II - Sejam vinculadas a organismos de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III - Atendam ao disposto no Art. 204 da Constituição da República, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Parágrafo Único - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, contendo:

Certidão Negativa junto ao INSS;

Certidão Negativa junto à Receita Federal;

Certidão Negativa junto à Fazenda Pública Estadual;

e) e) a) Certidão Negativa junto ao INSS;

Certidão Negativa junto à Receita Federal;

Certidão Negativa junto à Fazenda Pública Estadual;

e) e) Certidão Negativa junto ao FGTS.

CAPÍTULO V

DAS DIRETRIZES PARA EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Seção I

Dos Créditos Adicionais

Art. 35 - A Lei Orçamentária, autorizará a abertura de créditos adicionais, do tipo suplementar com percentual de 60% (sessenta por cento) da receita prevista para o exercício de 2023.

Art. 36 - Os créditos adicionais especiais e extraordinários, se abertos nos últimos quatro meses do exercício de 2022, poderão ser reabertos, pelos seus saldos, no exercício de 2023 por Decreto do Poder Executivo, mediante a indicação de recursos do exercício corrente.

Seção II

Transposição, Remanejamento e Transferência De Dotações Orçamentárias

Art. 37 - Fica o Poder Executivo, mediante Decreto, autorizado a efetuar transposição, remanejamento e transferências de dotações orçamentárias.

§1º - A transposição, remanejamento e transferência são instrumentos de flexibilização orçamentária, diferenciando-se dos créditos adicionais que tem a função de corrigir desvios de planejamento.

§.º Para efeitos das Leis Orçamentárias, entende-se por:

I - Remanejamento - deslocamento de créditos e dotações relativos à extinção, desdobramento ou incorporação de unidades orçamentárias à nova unidade;

II - Transposição: o deslocamento de excedentes de dotações orçamentárias de categorias de programação totalmente concluídas no exercício para outras incluídas como prioridade no exercício dentro da mesma unidade orçamentária.

III - Transferência - deslocamento permitido de dotações dentro da mesma unidade orçamentária e do mesmo programa de Governo.

CAPÍTULO VI DAS DIRETRIZES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 38 - As receitas serão estimadas e discriminadas de duas formas:

I - Considerando a legislação tributária vigente até a data do envio do Projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal: e

II - Considerando, se for o caso, os efeitos das alterações na legislação tributária, resultantes de Projetos de Lei encaminhados à Câmara Municipal até três meses antes do encerramento do exercício de 2022, especialmente sobre:

- a) reavaliação das alíquotas dos tributos;
- b) critérios de atualização monetária;
- c) aperfeiçoamento dos critérios para correção dos créditos do Município recebidos com atraso;
- d) alteração nos prazos de apuração, arrecadação e recolhimento dos tributos;
- e) extinção, redução e instituição de isenções de incentivos fiscais;
- f) revisão das contribuições sociais, destinadas à seguridade social;
- g) revisão da legislação sobre taxas; e
- h) concessão de anistia e remissões tributárias.

Art. 39 - Caso não sejam aprovadas as modificações referidas no inciso II do art. 38 ou essas o sejam parcialmente, de forma a impedir a integralização dos recursos estimados, o Poder Executivo providenciará os ajustes necessários, mediante decretos, na hipótese de previsão de despesa na Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único - Os decretos referidos no *caput* deste artigo deverão informar o impacto dos ajustes necessários sobre as metas e prioridades da Administração.

Art. 40 - Na aplicação de lei que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira dever-se-á observar a devida anulação de despesas em valor equivalente caso produza impacto financeiro no mesmo exercício, respeitadas as disposições do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL

Art. 41 - No Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2023, as despesas com Pessoal e Encargos não poderão ultrapassar o limite estabelecido nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar 101/2000.

Parágrafo Único - Caso o município, quando da elaboração da Lei Orçamentária para 2023, já esteja acima do limite previsto no art. 19 e 20 da Lei Complementar 101/2000, as vedações contidas no referido artigo deverão ser observadas quando da fixação destes gastos.

Art. 42 - No Exercício de 2023, caso a despesa total com pessoal exceder o limite previsto no parágrafo único do Art. 22 da Lei Complementar 101 de 2000, a realização de serviço extraordinário em qualquer dos Poderes somente poderá ocorrer no caso previsto no art. 57, § 6º, inciso II, da Constituição, ou quando destinada ao

atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais, de risco ou prejuízo para a sociedade, dentre estes:

- I - Situações de emergência e calamidade pública;
- II - Situações em que possam estar em risco a segurança de pessoas ou bens;
- III - A relação custo-benefício se revelar favorável em relação à alternativa possível.

Art. 43 - A Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2023 não poderá fixar o total das Despesas com Pessoal e Encargos acima do limite previsto na letra "b", inciso III do Art. 20 da Lei Complementar 101 de 2000, devendo este limite ser observado por cada Poder, separadamente.

Art. 44 - Ficam autorizados os Poderes Executivo e Legislativo, a realizar concurso público no exercício de 2023 para reposição do quadro de pessoal das áreas consideradas prioritárias para a Administração Pública Municipal.

Art. 45 - Quando a despesa de pessoal ultrapassar o limite prudencial estabelecido na Lei Complementar Federal n.º 101, de 2000, a realização de serviço extraordinário, no decorrer do exercício de 2022, dependerá de autorização especial prévia do Prefeito e será admitida apenas para setores considerados relevantes para o interesse público, voltados para as áreas de segurança, educação e de saúde, em situações de emergências que envolvam risco ou prejuízo para a população.

Art. 46 - Para fins de atendimento ao disposto no art. 169 §1º, inciso II, da Constituição da República, ficam autorizados, além das vantagens pessoais já previstas nos planos de cargos e regime jurídico:

- I - Concessão e aumento de remuneração, através de reajuste alteração, inclusive como forma de revisão geral anual;
- II - Criação de cargos, empregos e funções de confiança, observadas as necessidades da Administração Pública;
- III - Reforma do plano de cargos e carreiras do magistério público municipal;
- IV - Reforma do plano de cargos e carreiras do Legislativo Municipal;
- V - Admissão de pessoal por aprovação em concurso público para cargo ou emprego público, com disponibilidade de vagas;
- VI - Designação de função de confiança ou cargo em comissão, com disponibilidade de vagas;
- VII - Concessão de abono remuneratório aos servidores em exercício de cargo em comissão ou função de confiança;
- VIII - Contratação de pessoal por tempo determinado, nos casos de excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Lei Municipal específica, e que venham a atender a situações cuja investidura por concurso não se revele a mais adequada, face às características da necessidade da contratação.

§1º - O atendimento ao disposto neste artigo deverá ser observado pelos Poderes Executivo e Legislativo;

§2º - Lei específica deverá ser editada quando da implantação dos incisos II, III e IV;

§3º - No caso de implantação do inciso I deste artigo, lei específica deverá ser editada definindo o índice e o mês da revisão, observando-se sempre os limites mínimos e máximos para salários, além dos limites das despesas com pessoal previstos no inciso III, art. 20 e vedações do parágrafo único, inciso I do art. 22, todos da Lei Complementar n.º 101 de 2000;

§4º - Nos casos dos incisos deste artigo, deverá sempre ser observado o que preconizam os Arts. 16, 17, 19, 20, 21, 22 e 23 da Lei Complementar n.º 101 de 2000, quando de sua implantação.

CAPÍTULO VIII DO NÃO- ATINGIMENTO DAS METAS FISCAIS

Art. 47 - A limitação de empenho prevista nesta Lei, deverá seguir a seguinte ordem de limitação:

I - No Poder Executivo:

b) b)Serviço extraordinário;

d) d)Realização de obras com recursos próprios.

II - No Poder Legislativo:

b) b)Serviço extraordinário;

d) d)Realização de obras com recursos próprios.

§1º - As limitações previstas no inciso I deste artigo não podem abranger os projetos e atividades cujo despesa constitui obrigação constitucional ou legal de execução;

§2º - Em não sendo suficiente, ou inviável sob o ponto de vista da administração, a limitação de empenho poderá ocorrer sobre outras despesas, com exceção:

I - Das despesas com pessoal e encargos sociais;

II - Das despesas necessárias para o atendimento à saúde, bem como das despesas voltadas para a manutenção do ensino;

III - Das despesas necessárias para o atendimento à Assistência Social;

IV - Das despesas com o pagamento de precatórios judiciais;

V - Das despesas com o pagamento dos encargos e do principal da dívida consolidada do município;

§3º - A limitação de empenho corresponderá, em termos percentuais, ao valor ultrapassado da meta de resultado primário ou nominal, estabelecido no Anexo de Metas Fiscais.

Art. 48 - O Poder Executivo, por intermédio da Controladoria Geral do Município implementará normas de acompanhamento das ações governamentais visando o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento.

Parágrafo Único - Os métodos e processos de controle de custos serão praticados em todos os órgãos da Administração Municipal, de acordo com as disciplinas legais vigentes.

CAPÍTULO IX DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS

Art. 49 - O Orçamento do Regime Próprio de Previdência Social do Município, será elaborado obedecendo-se os ditames das normas, regulamentos e procedimentos dispostos na legislação previdenciária vigente, nos termos preconizado pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, Secretaria do Tesouro Nacional e pelo Tribunal de Contas.

Art. 50 - O Cálculo Atuarial previsto nesta Lei deverá ser avaliado e comparado, a partir da legislação do RPPS, a fim de que se preservem o equilíbrio financeiro e atuarial do regime de previdência.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL.

Art. 51 - A Lei Orçamentária anual garantirá recursos para pagamento da despesa com a dívida contratual e com o refinanciamento da dívida pública Municipal, nos termos dos contratos firmados.

Art. 52 - Se a dívida consolidada líquida do Município ultrapassar o limite legal estabelecido, deverá ser a ele reconduzido nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Único. Enquanto perdurar o excesso, o Município obterá resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite, promovendo, entre outras medidas, limitação de empenho, na forma da presente lei.

CAPÍTULO XI DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL.

Art. 53 - O Poder Executivo, para fins de transparência da gestão fiscal e em observância ao princípio da publicidade, tornará

disponíveis na internet, para acesso de toda sociedade, no mínimo, as seguintes informações:

- I - Os Planos, Orçamentos e Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- II - As Prestações de Contas e respectivos Pareceres Prévios;
- III - O Relatório Resumido da Execução Orçamentária;
- IV - O Relatório de Gestão Fiscal;
- V - As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.

CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 54 - Para fins de cumprimento do Art. 62 da Lei Complementar 101 de 2000, fica o Município autorizado a firmar convênio ou acordo com a União ou Estados, com vistas:

- I - Ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;
- II - A possibilitar o assessoramento técnico aos produtores rurais do município;
- III - À utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado ou União;
- IV - A cessão de servidores para o funcionamento de órgãos ou entidades no Município;
- V - A realização de obras e serviços públicos de interesse público local.

Art. 55 - Considera-se despesa irrelevante para fins do disposto no parágrafo 3º do artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a despesa cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, o limite estabelecido no artigo 24, incisos I e II da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Art. 56 - As emendas ao projeto de Lei Orçamentária para 2023, ou aos projetos de lei que modifiquem a Lei de Orçamento Anual, devem atender às seguintes condições:

§ 1º Serem compatíveis com os programas e objetivos do Plano Plurianual para o quadriênio de 2022-2025 e com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei.

§ 2º Indicarem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa.

I - Não serão admitidas anulações de despesa que incidam sobre dotações para:

- a) pessoal e encargos sociais;
- b) serviço da dívida;
- c) manutenção e desenvolvimento da educação;
- d) ação de serviços públicos de saúde.

Art. 57. As emendas ao projeto de lei de orçamento anual deverão considerar, ainda, a prioridade das dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais e outras despesas obrigatórias, assim entendidas aquelas com legislação ou norma específica; despesas financiadas com recursos vinculados e recursos para compor a contrapartida Municipal de empréstimos internos e externos.

Art. 58 - Sem prejuízo das competências constitucionais e legais do Poder Legislativo e dos órgãos da Administração Público Municipal, as unidades responsáveis pelos seus orçamentos ficam sujeitas às orientações normativas que vierem a ser adotadas pelo Poder Executivo.

Art. 59 - Se o Projeto de Lei Orçamentária não for devolvido para a sanção do Poder Executivo até o final da última sessão do Legislativo do Exercício de 2022, ficarão os Poderes autorizados a utilizar 1/12 (um doze avos) do orçamento previsto para 2023, até que o Executivo receba a Lei aprovada, e proceda sua sanção e publicação.

Art. 60 - Em razão de eventuais descontinuidades de política econômica, o Poder Executivo poderá enviar mensagem reavaliando os parâmetros relativos às metas fiscais até o prazo de que tratam o § 5º do art. 166 da Constituição Federal.

Art. 61 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Marechal Deodoro-AL, 20 de julho de 2022.

CLÁUDIO ROBERTO AYRES DA COSTA
Prefeito

Publicado por:
Edla Caroline de Sena Verçosa Bezerra
Código Identificador:8988113B

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Alagoas no dia 21/07/2022. Edição 1842
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/ama/>